

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL – BACHARELADO

Eduarda Quatrin Casarin

**GÊNERO E RAÇA: UM ESTUDO A PARTIR DAS PRODUÇÕES
BIBLIOGRÁFICAS NO SERVIÇO SOCIAL**

Santa Maria, RS
2021

Eduarda Quatrin Casarin

**GÊNERO E RAÇA: UM ESTUDO A PARTIR DAS PRODUÇÕES
BIBLIOGRÁFICAS NO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social Bacharelado, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharelado em Serviço Social**.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cristina Kologeski Fraga

Santa Maria, RS
2021

Eduarda Quatrin Casarin

**GÊNERO E RAÇA: UM ESTUDO A PARTIR DAS PRODUÇÕES
BIBLIOGRÁFICAS NO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Serviço Social**.

Aprovado em 27 de janeiro de 2021:

Cristina Kologeski Fraga, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Eliana Mourgues Cogoy, Ma. (UFSM)

Mariana Selister Gomes, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2021

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a todos e todas que caminharam o percurso da graduação comigo. Em especial, agradeço a minha mãe e o meu pai que constituem a minha base familiar e que desprendem todo apoio e amor. A minha pequena Alice e seus irmãos João e José que, com suas purezas, trouxeram o equilíbrio necessário nos momentos difíceis. Aos meus gatos Alfredo, Floki e Laranjinha que fizeram parte dessa trajetória e agora me acompanham de longe. E a Bety que é uma segunda mãe e amiga.

Meus agradecimentos em especial, ao meu companheiro Luís Augusto, por esses quatro anos repletos de carinho, atenção e dedicação, por não deixar eu desistir dos meus objetivos acadêmicos e sociais, pelos diálogos e trocas, por sempre sonhar junto comigo e me fazer acreditar em um mundo mais justo, igualitário e com amor. (*Juntos de sul ao norte, de norte ao sul!*).

Agradeço às minhas amigas de infância e de escola que até hoje estão do meu lado, em especial a minha irmã Letícia Soldera e a minha amiga Bruna Naicin, pelo companheirismo, pelo carinho, pelo apoio incondicional e pelas trocas, vocês foram essenciais nesse processo, muito obrigada por tudo!

Agradeço às minhas colegas do curso de Ciências Sociais Licenciatura que me apresentaram o curso de Serviço Social, que hoje me orgulho em fazer parte.

Agradeço às professoras Letícia Spinelli que introduziu a temática dos estudos feministas a partir do Grupo de Estudos de Teoria Política Feminista; a professora Mariana Gomes que abriu caminhos e possibilidades no mundo acadêmico; a professora Cristina Fraga que me supervisionou e me orientou durante os dois últimos anos de faculdade e a professora Eliana, pela breve passagem, mas enriquecedora. Destaco essas quatro mulheres como as maiores referências de profissionais, professoras, feministas e mulheres com quem tive o prazer de aprender e conviver.

Agradeço também as profissionais Tatiana Nunes e Rafaela Marchesan pelos ensinamentos, carinho e amizade durante o período de estágio pois, sem a compreensão e a empatia de vocês, esse trabalho não teria chegado onde chegou.

Agradeço a todas as mulheres que lutaram para que hoje eu pudesse estar na Universidade e em especial aquelas que me mostraram, a partir de suas experiências, situações que eu não vivencio e a importância da luta feminista e antirracista estarem lado a lado.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Santa Maria, ao Curso de Bacharelado em Serviço Social, aos professores/as e colegas de curso pela hospitalidade e pelos ensinamentos compartilhados.

*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e
totalmente livres.*

Rosa Luxemburgo.

RESUMO

GÊNERO E RAÇA: UM ESTUDO A PARTIR DAS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS NO SERVIÇO SOCIAL

AUTORA: Eduarda Quatrin Casarin

ORIENTADORA: Cristina Kologeski Fraga

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo analisar de que forma as categorias Gênero e Raça articuladas ao Serviço Social, vêm sendo vinculadas nas principais revistas desta área, Serviço Social & Sociedade e Katálysis, no período de 2015 à 2019, com vistas a refletir sobre a importância das categorias à análise da realidade e da questão social. Na busca por compreender como as categorias Gênero e Raça impactam na questão social, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, ancorada no método dialético crítico como perspectiva teórico-metodológica, e na análise de conteúdo, como procedimento para analisar os materiais da pesquisa. Como resultado encontrou-se que, conforme já havia se esperado, as categorias estão sendo utilizadas de maneira transversal à questão social e de classe, e que, apesar das categorias estarem se aproximando do Serviço Social, as mesmas ainda estão distantes das produções científicas e acadêmicas, surgindo especialmente em sessões temáticas específicas. Com isso, acredita-se na necessidade de reforçar a importância das categorias frente às expressões da questão social.

Palavras-chave: Gênero; Raça; Gênero e Raça e Serviço Social; Pesquisa bibliográfica; Revista Serviço Social e Sociedade; Revista Katálysis.

ABSTRACT

GENDER AND RACE: A STUDY AS FROM BIBLIOGRAPHIC PRODUCTIONS IN SOCIAL WORK

AUTHOR: Eduarda Quatrin Casarin
ADVISOR: Cristina Kologeski Fraga

The current undergraduate final project aims to analyze how the categories Gender and Race articulated to Social Work have been linked in the main magazines of this area, Serviço Social & Sociedade and Katálysis, during the period from 2015 to 2019, with a view to reflecting about the importance of the categories to the reality and social issue analysis. In an effort to comprehend how the categories Gender and Race impact in the social issue, a bibliographic research was conducted, anchored in the critical dialectic method as a theoretical-methodological perspective, and in the content analysis, as a procedure to analyze the research materials. As expected, it was found as a result that the categories are being used in a transversal way to the social and class issues. Although the categories are approaching Social Work, they are still distant from scientific and academic works, appearing especially in specific thematic sessions. Therefore, it is believed that the importance of the categories in relation to the social issue expressions needs to be reinforced.

Keywords: Gender; Race; Gender and Race and Social Work; Bibliographic Research; Serviço Social e Sociedade Magazine; Katálysis Magazine.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Total de artigos publicados referente a temática na revista Serviço Social e Sociedade durante o período de 2015 à 2019.....	44
Quadro 2 - Total de artigos publicados referente a temática na revista Katálýsis durante o período de 2015 à 2019	46
Quadro 3 - Perfil das/os autoras/es de acordo com sua área de formação, atuação e temáticas afins	47

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersec, +.
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio
PUC – RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 GÊNERO, RAÇA E SERVIÇO SOCIAL: COMO ESTÃO IMBRICADAS NESTA ÁREA EM RELAÇÃO A PRODUÇÕES CIENTÍFICAS?.....	20
2.1 GÊNERO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL.....	20
2.2 RAÇA: COMPREENDENDO SEUS SIGNIFICADOS E SUA IMPORTÂNCIA.....	26
2.3 SERVIÇO SOCIAL: PERCURSO HISTÓRICO E QUESTÃO SOCIAL.....	33
3 METODOLOGIA.....	38
3.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: COLETA DE MATERIAL, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E TEMPORALIDADE	39
3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	42
4 RESULTADOS	42
4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: ARTIGOS E AUTORAS/ES.....	43
4.2 ANÁLISE DOS ARTIGOS	52
4.3 REFLETINDO SOBRE OS RESULTADOS.....	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	85

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão Curso – TCC - tem como objetivo a reflexão crítica e científica do aprendizado adquirido ao longo dos quatro anos e meio de curso em Serviço Social, com foco em um determinado tema escolhido pelo/a acadêmico/a. Nesse sentido, o presente estudo vem de encontro com os aprendizados adquiridos no percurso dos nove semestres de curso, dos eventos científicos participados, dos projetos de iniciação científica e da busca pelo aprimoramento intelectual enquanto profissional.

O TCC consiste em uma análise das categorias Gênero e Raça no Serviço Social a partir da pesquisa bibliográfica nas principais revistas científicas da área (*Serviço Social e Sociedade* e *Katalýsis*). A pesquisa foi realizada com o intuito de compreender a relação das categorias Gênero e Raça com o Serviço Social, bem como com o objeto de trabalho do/a assistente social, a questão social. Ao partir de uma visão feminista e antirracista, acredita-se que a efetivação de todos os princípios do Código de Ética do/a Assistente Social só é possível de ser alcançada sob essas perspectivas em destaque.

O Código de Ética do/a Assistente Social elenca onze princípios que o/a profissional deve levar em consideração na sua atuação. Destes, destaca-se dois princípios: “VI. *Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;*” e “VIII. *Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;*”. Os dois princípios mencionados trazem à tona posições que o/a assistente social deve ter frente aos/às usuários/as em relação a ações racistas, machistas e preconceituosas que os/as mesmos/as não podem e não devem reproduzir e a busca pela eliminação destes na sociedade. E também a concretização de uma sociedade que seja justa e igualitária, que se materialize pelo fim da dominação e exploração entre classes, raças e gêneros, que solidificam e definem as desigualdades sociais.

Nesse sentido, torna-se necessário apreender e buscar conhecimento com relação às temáticas de Gênero, Raça e Classe (esta última está fortemente presente nas teorias sociais do Serviço Social). Por esse motivo, o presente trabalho analisou os artigos científicos que apresentam as categorias Gênero e/ou Raça em seus enunciados, pois são esses artigos que, na sua maioria, servem de base de conhecimento para muitos/as profissionais (além do exercício

profissional cotidiano) e os mesmos irão fornecer alguns dados e teorias para a compreensão de como efetivar os princípios postos no Código de Ética Profissional da/o Assistente social.

Em seu surgimento, o Serviço Social esteve ancorado nos dogmas da Igreja Católica e em ideais como ajuda, caridade e cuidado. Com o decorrer da história e das transformações sociais pelas quais a sociedade passou, o Serviço Social foi se modificando. Ao se aproximar, inicialmente de maneira supérflua do marxismo, e, posteriormente, com o aprofundamento desta base teórica, o Serviço Social se deteve a estudar a questão social a partir da perspectiva de classe como elemento central. Com o avanço das pesquisas e teorias, o debate acerca do Gênero e da Raça no Serviço Social começam a ganhar espaço, possibilitando um olhar ampliado em relação à questão social e suas expressões e manifestações. Nesse sentido, o presente Trabalho de Conclusão de Curso apresentou como tema a análise das produções científicas a partir das categorias Gênero e/ou Raça que estão sendo elaboradas por teóricos/as da área do Serviço Social em suas duas grandes revistas científicas: Serviço Social e Sociedade e Katálysis no período de 2015 à 2019.

Ao compreender que a desigualdade social gerada pelo sistema capitalista, que oprime e explora os sujeitos, é um dos principais focos dos/as Assistentes Sociais surge a necessidade de compreender como a desigualdade social opera na sociedade. A desigualdade social como expressão da questão social - objeto de intervenção do Serviço Social - é resultante de um sistema que divide a sociedade a partir daqueles que detém dos meios de produção e da mão-de-obra, o que gera duas classes antagônicas: burguesia (detém os meios de produção) e proletariado (detém a mão de obra). A desigualdade social está presente na falta das oportunidades, na falta de acesso à educação, na violência, na força de trabalho, nos salários, nas condições de vida, entre outros, que vão ser aprofundadas de acordo com sua raça, gênero e classe e outras variáveis¹. Nesse sentido, torna-se necessária a análise de alguns dados relacionados às categorias de Raça e de Gênero em relação às manifestações dessa desigualdade: na força de trabalho, no rendimento, cargos de gerência, nas condições de vida e educação.

Inicialmente é válido registrar alguns dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em relação à população por sexo e por cor (assim determinada pelo IBGE). Em 2018, foram registrados os seguintes dados: as mulheres compõem 51,7% da população e os homens compõem 48,3% da população brasileira (IBGE

¹ Compreende-se que orientação sexual, religião, geração e outras categorias também interferiram na desigualdade social, porém entende-se que as categorias Gênero, Raça e Classe são estruturas sociais centrais que irão definir e impactar diretamente na vida dos sujeitos, como será visto posteriormente.

Educa, s/d). Em relação à população se autodeclarar enquanto cor de pele, temos os seguintes dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD (IBGE, 2015), do ano de 2015: a população da cor branca é 45,22%, a população da cor parda é 45,06%, a população da cor preta é 8,86%, a população amarela é 0,47% e a população indígena é 0,38%². Esses dados mostram uma suposta “igualdade” numérica na população entre os sexos e as cores predominantes (mulheres e homens; brancas e pardas). Porém, precisa-se atentar aos dados em relação aos demais elementos constitutivos da desigualdade social, como descritos anteriormente e que serão postos a seguir.

Conforme explicitado, a força de trabalho ou mão-de-obra é um elemento fundamental para a manutenção do sistema capitalista e por isso se torna necessária sua análise a partir dos dados do IBGE. No ano de 2018, o IBGE (2019) analisou os dados em relação à força de trabalho e trouxe os seguintes dados: a população preta ou parda³ ocupa 54,9% da força de trabalho, enquanto que os/as brancos/as ocupam 43,9%. Já em relação ao nível de desocupação e trabalho informal, o nível de desocupação é praticamente o dobro entre pretos e pardos (64,2%), em comparação com os brancos (34,6%). E em relação ao trabalho informal, a população preta ou parda que estava ali ocupada eram 47,3% destas, enquanto das pessoas brancas que estavam ocupadas, 34,6% estavam em trabalho informal. Sobre o rendimento médio mensal, o IBGE (2019) traz que as “pessoas ocupadas” brancas recebem em média R\$ 2.786,00 (dois mil, setecentos e oitenta e seis reais) reais, ao passo que as pessoas pretas ou pardas recebem R\$ 1.608,00 (um mil, seiscentos e oito reais) reais, e isso não é diferente nos trabalhos informais. Toda essa diferença é explicada pela “segregação ocupacional, menores oportunidades educacionais” (IBGE, 2019, p.3) que a população preta e parda enfrentam.

Sobre a relação entre cor/raça e sexo/gênero com o rendimento, o IBGE refere que: os homens brancos apresentam vantagens sobre os homens pretos ou pardos, mulheres brancas e mulheres pretas ou pardas, sendo que estas últimas apresentam um rendimento menor que a metade em comparação aos homens brancos, o que faz a relação ser a de maior desigualdade. Já a mulher branca em relação à mulher preta ou parda, tem um rendimento maior (sendo que

² Como maneira de agregar aos dados, é válido ressaltar que nas regiões Sul e Sudeste a população de cor branca é quantitativamente superior à população de cor parda, sendo respectivamente a população de cor branca no Sul: 76,7% e a população de cor parda 18,6, e no Sudeste a população de cor branca 52,9% e a população de cor parda é 36,5%. Enquanto nas regiões Norte e Nordeste a população de cor parda é maior, sendo composta no Norte por 70,2% da população de cor parda, enquanto a população de cor branca equivale a 21,2%; no Nordeste a população de cor parda é 62,0% e a população de cor branca é 26,4%. Nesse sentido, a população se distribui de forma desigual de acordo com a região. (IBGE, 2019).

³ Utilizou-se os termos “pretas/os ou pardos/as” conforme o IBGE.

a mulher preta ou parda recebe 58,6% em relação ao que a mulher branca recebe) e em comparação às mulheres brancas e os homens pretos ou pardos, estes recebem 74,1% em relação a mulher branca, e os homens pretos ou pardos apresentam rendimentos superiores apenas em comparação com as mulheres pretas ou pardas, pois estas recebem 79,1% dos homens pretos e pardos. Nesse sentido, temos que a mulher preta ou parda apresenta um rendimento menor que do homem preto ou pardo, que este apresenta menor rendimento que a mulher branca e que esta recebe menos que o homem branco, demonstrando que essa desigualdade apresenta cor/raça e sexo/gênero.

É válido ressaltar os cargos ocupados pela população em relação às posições de gerência e chefia. Os cargos gerenciais apresentam um número expressivo de pessoas brancas, que historicamente ocupam essa posição de “poder”. Segundo o IBGE (2019), no ano de 2018, 68,6% das pessoas que ocupavam cargos de gerência eram brancas, enquanto apenas 29,9% eram pessoas pretas ou pardas, e esse cenário está na maioria das regiões, menos onde a população preta ou parda é maioria, no caso da região Norte e Nordeste. E em relação ao sexo/gênero, em 2016 o IBGE (2018) analisou que 60,9% dos homens ocupavam o cargo de gerência, enquanto 39,1% eram mulheres. Com isso, percebe-se que há necessidade da elaboração de políticas públicas para maior igualdade entre homens e mulheres, brancos/as e pretos/as ou pardos/as no mercado de trabalho, em específico os cargos de gerência.

Além disso, quando se reflete sobre o mercado de trabalho, cargos ocupados, logo vem em mente o papel desempenhado pela mulher no âmbito doméstico. No ano de 2016, o IBGE (2018) apresentou os seguintes dados: no Brasil, as mulheres dedicam-se 18,1 horas semanais aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, em comparação ao homem que utiliza 10,5 horas semanais. Ao partir para a análise de raça/cor, percebe-se um diferencial importante, em que as mulheres pretas ou pardas desempenham 18,6 horas semanais e as mulheres brancas 17,7 horas, enquanto que os homens pretos e pardos variam de 0,2 horas semanais de diferença, sendo que o homem preto ou pardo exerce 10,6 horas semanais. Com isso percebe-se que o trabalho reprodutivo, o “cuidado”, a esfera privada, a família é algo que ainda é “imposto” às mulheres.

Além disso, é válido destacar que, quando aceitas no mercado de trabalho, as mulheres são destinadas, na maioria das vezes, a áreas que envolvem o cuidado, como a saúde, a assistência social, e os serviços domésticos. Nesse sentido, ao refletir sobre a área de Assistência social e o Serviço Social, o CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) realizou uma pesquisa no ano de 2005 intitulada como “*Assistentes Sociais no Brasil - Elementos para o Estudos do Perfil Profissional*”, na qual traz que em 2005, no Brasil, 97% das/os assistentes

sociais eram mulheres, sendo 3% homens. Visto a preponderância de mulheres na área, é importante frisar e refletir sobre a importância que o tema de Gênero tem na profissão, pela necessidade de desmistificar o local profissional que acaba por ser socialmente destinado a mulher e ao homem.

Em relação às condições de moradia e de saneamento básico, a desigualdade se mostra de maneira concreta entre as pessoas negras. Segundo o IBGE (2019), no ano de 2018 a população preta ou parda soma 12,5%, em comparação à 6% da população branca, que reside em domicílios sem coleta de lixo, sem abastecimento de água (pretos ou pardos sendo 17,9% e brancos 11,5%) e sem esgoto sanitário (42,8% dos pretos ou pardos e 26,5% dos brancos), o que reflete na “condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças (IBGE, 2019, p.5)”. Estes dados refletem sobre o acesso da população aos bens comuns e básicos, como água potável e saneamento básico, e sua falta interfere em vários aspectos cotidianos e nas condicionalidades sociais.

A educação, que é um dos mais importantes meios para a emancipação humana, também apresenta uma desigualdade de acesso e de permanência. Os dados do IBGE (2018) mostram essas desigualdades em relação ao analfabetismo: as pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais, passaram de 9,8% à 9,1%, nos anos de 2016 e 2018, e as pessoas com 25 anos ou mais, que apresentam ensino médio completo, ampliaram-se de 37,3% para 40,3%, nos mesmos anos. Já a taxa de analfabetismo, com 15 anos ou mais da população branca, é de 3,9%, enquanto as pessoas brancas, com ensino médio completo são 55,8%, na mesma faixa etária de 25 anos ou mais. Além disso, é válido ressaltar que os dados de analfabetismo em relação à população preta ou parda são “piores” nos residentes em domicílios rurais (IBGE, 2019, p.7). Em relação à questão de gênero, é importante notar que apesar das mulheres “apresentarem melhores indicadores educacionais”, a taxa de conclusão do ensino médio de homens brancos de 72%, é maior que a taxa das mulheres pretas ou pardas, de 67,6%, enquanto as mulheres brancas são 81,6% e os homens pretos ou pardos são 56,2% (IBGE, 2019, p.8). Esses dados reafirmam o quanto a desigualdade educacional tem Raça e Gênero.

Apesar dos grandes avanços em relação ao maior acesso à escola e permanência pela criação de políticas públicas e sociais, bem como projetos sociais que proporcionaram acesso de crianças pretas ou pardas na escola, os dados sobre a educação superior são preocupantes. Quando se busca a relação da conclusão de pretos e pardos na educação superior, entre jovens de 18 anos e 24 anos, os dados são alarmantes. A população preta ou parda que conclui a educação superior é de 18,3%, ao passo que a população branca é quase o dobro, 36,1%, e quando se compara com os dados de que a população preta e parda é maioria (50,3%) nas

redes públicas, em comparação a população branca (49,7%), percebe-se a dificuldade da permanência. Com isso, compreende-se que a ampliação do acesso à educação pelas diversas políticas públicas proporcionou a ascensão da população preta ou parda ao ingresso na rede pública de ensino, mas isso não quer dizer que essas pessoas estão conseguindo concluir os seus estudos.

A partir dos dados relatados e refletidos, percebe-se a maneira como a sociedade capitalista, machista e racista opera sobre a situação social, psicológica e material das pessoas. Os dados demonstram a necessidade - urgente – que a sociedade tem de debater sobre as temáticas de Gênero e Raça, bem como buscar ações interventivas efetivas para a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária. Com isso, é válido ressaltar a importância pessoal e científica do presente Trabalho de Conclusão de Curso.

Os temas Gênero e Raça/Racismo no Serviço Social começaram a despertar o interesse da acadêmica a partir da participação da mesma em eventos científicos que discutiram o tema do Racismo e Serviço Social. O evento causou sentimentos de desconforto pela fragilidade das abordagens e/ou sua ausência em debates na sala de aula, em disciplinas e em textos acadêmicos, tendo em vista que o Gênero e a Raça são elementos essenciais na área de Serviço Social e do objeto de intervenção do/a Assistente Social.

Além disso, partindo da experiência empírica da acadêmica em campo de estágio, a reflexão acerca do Gênero e, mais adicionada a Raça, se tornou relevante. Ao colocar em prática o projeto de intervenção “Entre Nós”⁴ elaborado pela mesma, que apresentava como objetivo central o fortalecimento dos laços entre as mulheres dos Grupos De Mulheres do CRAS, percebeu-se, ao trabalhar pelo viés de Gênero, que as mulheres ali presentes sentiam as expressões da questão social sobre um viés racializado com maior intensidade. A partir da experiência vivenciada pela acadêmica durante a execução do projeto, a inquietude de como falar de desigualdade social, de desemprego, de violência, de miséria e de políticas públicas e sociais - ou seja, expressões da questão social-, sem olhar para as questões de Gênero e de Raça, se fez presente.

Nesse sentido, partindo de inquietudes pessoais e da realidade social retratada nos dados relatados aqui, o presente estudo se torna relevante cientificamente à maneira que contribui para o levantamento de dados e uma análise de como o Serviço Social está se

⁴ O projeto de intervenção “Entre Nós” apresentou como objetivo “Contribuir no fortalecimento das mulheres que pertencem ao “Grupo de Mulheres do CRAS – Harmonia e Alegria”, bem como de mulheres da comunidade do entorno, com vistas a fomentar o convívio familiar e comunitário, superando processos de fragilidade e exclusão social. [...] Os objetivos específicos do projeto são um aprofundamento nos temas como “gênero”, “feminismo”, “autonomia” e “violência contra a mulher”, trazendo suas especificidades e conceituando de forma geral (Projeto de Intervenção, 2019.)”.

aproximando ou não das questões de Gênero e de Raça. A partir do levantamento de dados dos artigos publicados pelos/as profissionais de Serviço Social, bem como de como esses/as autores/as estão dialogando com as temáticas, será possível criar um panorama de como a área de Serviço Social e os/as profissionais estão trabalhando as temáticas em suas pesquisas e atuações, refletindo em questões futuras.

Com isso, torna-se fundamental posicionar o conhecimento situado⁵ da autora. A acadêmica parte de um lugar na sociedade que apresenta certos privilégios por ser uma mulher branca que, ao reconhecer este lugar de privilégios e as desigualdades que o Gênero e a Raça causam na sociedade, busca por um mundo onde os princípios do feminismo (igualdade de acesso nas mais diversas esferas da vida e respeito mútuo entre homens e mulheres) e da luta antirracista sejam efetivados. Além disso, enquanto futura Assistente Social, a pesquisadora compreende que a busca pela emancipação humana - tão importante para o Serviço Social e para a sociedade -, só será possível com o combate ao machismo, ao sexismo e ao racismo.

A partir do exposto, problematizou-se como as categorias Gênero e/ou Raça articuladas ao Serviço Social estão sendo abordadas pelos/as assistentes sociais. Nesse sentido, o objetivo central do estudo foi analisar de que forma as categorias Gênero e/ou Raça, articuladas ao Serviço Social, vêm sendo veiculadas nas principais revistas desta área, no período de 2015 à 2019 com vistas a refletir e elucidar a importância das categorias para análise da realidade social e da questão social.

Além disso, como objetivos específicos, buscou-se: mapear nas principais revistas científicas de Serviço Social - durante o período pesquisado -, os artigos publicados que tragam em seu título as categorias “Gênero“ e/ou “Raça” articuladas ao Serviço Social; - descrever os artigos encontrados com relação aos seus autores, caracterizando-os em acadêmicos/as, profissionais assistentes sociais, professores, mestrandos/as e/ou doutorandos/as, bem como seu sexo e curso de formação; - identificar como as categorias Gênero e/ou Raça são abordadas, bem como quais nomenclaturas são utilizadas e investigar como as categorias Gênero e/ou Raça se relacionam com o objeto de trabalho do Serviço Social: a questão social.

⁵ O Conhecimento Situado enquanto método e/ou metodologia ou simplesmente “saber localizado” mostra “nosso lugar, quer de onde estamos falando, quer de onde estamos escrevendo, possibilitamos ao leitor(a) uma compreensão mais transparente do conhecimento elaborado. (SELISTER, CASARIN e DUARTE, 2019)” Para melhor compreensão sobre o Conhecimento Situado ler: SELISTER, Mariana; CASARIN, Eduarda, DUARTE, Giovana. **O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas e decoloniais: um estudo bibliométrico.** CS. 2019, n.29, pp.47-72. Disponível em: < http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S2011-03242019000300047&script=sci_abstract&tlng=pt >.

A hipótese do trabalho consiste em que as categorias de Gênero e Raça estão sendo abordadas nas produções acadêmicas de maneira transversal à questão social e à questão de classe. Apesar dos temas de Gênero e/ou Raça estarem se aproximando do Serviço Social, contudo, ainda estão muito distantes em relação às produções científicas e acadêmicas, aparecendo apenas quando a sessão temática se refere ao tema.

É válido ressaltar que, o conjunto CFESS-CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social) na Gestão de 2017 à 2020 criou uma campanha chamada “*Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*”. A campanha tinha como objetivo proporcionar o dialogo entre os/as assistentes sociais, entre os/as usuários/as, com o movimento negro e com a sociedade em geral (CFESS-CRESS). Com isso, durante este período foram produzidos cartazes e vídeos que debatiam temas como: intolerância religiosa, machismo, cortes em políticas públicas e sociais como a saúde e a previdência, sobre acesso e permanência nas escolas e sobre genocídio da população negra. Nesse sentido, a campanha proporcionou uma reflexão entre os/as profissionais sobre sua atuação cotidiana e na busca por ações propositivas frente a essa realidade⁶.

No próximo capítulo será exposto o referencial teórico que deu base a essa pesquisa. Inicialmente será realizada uma reflexão acerca da categoria Gênero, abarcando seu conceito e sua diversidade teórica. Após serão explanadas considerações acerca da categoria Raça, em relação aos conceitos que a envolvem e suas implicações históricas e atuais. E num terceiro momento será feita uma contextualização da história do Serviço Social e seus conceitos principais em relação à questão social. No terceiro capítulo será abordada a metodologia utilizada no trabalho, bem como a coleta de materiais, os critérios de seleção, a temporalidade e o procedimento de análise dos dados. No quarto capítulo, serão apresentados os resultados, apresentando os dados, analisando-os e refletindo-os. Por fim, as considerações finais do trabalho e as referências bibliográficas.

⁶ Para mais informações sobre a campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, acesse <http://servicosocialcontraracismo.com.br/> e saiba mais.

2. GÊNERO, RAÇA E SERVIÇO SOCIAL: COMO ESTÃO IMBRICADAS NESTA ÁREA EM RELAÇÃO A PRODUÇÕES CIENTÍFICAS?

As categorias Gênero e Raça ganharam um espaço amplo nas políticas públicas no que tange aos direitos sociais, civis e políticos e nas produções científicas das diversas áreas das Ciências Sociais e Humanas. Por muitos anos as mulheres e a população negra vêm buscando o reconhecimento de seus direitos na sociedade, desde a conquista ao voto, do fim da escravidão, da participação na vida pública, seja na esfera educacional ou no mercado de trabalho, e a presença nos cargos de chefia, entre outros desafios postos que se impuseram de maneira diferente em relação ao Gênero e à Raça. Durante esses processos, a ciência não ficou distante, foi incorporando essas categorias em suas análises, formulando e, principalmente, reformulando suas teorias para que explicassem essa realidade e esses avanços sociais.

Nesse sentido, torna-se necessário fazer algumas contextualizações e conceitualizações sobre as categorias Gênero e Raça e suas vertentes. Com isso, serão realizadas breves considerações acerca de cada categoria e ao fim sobre o Serviço Social e a questão social e seus vínculos com as categorias no que se refere como objetivo do presente estudo.

2.1 GÊNERO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL.

Para compreender a categoria Gênero, torna-se necessário fazer algumas observações sobre os movimentos sociais que proporcionaram o surgimento desta “categoria útil de análise” (SCOTT, 1995). O movimento feminista foi um dos propulsores no surgimento das questões relacionadas ao Gênero e é considerado um movimento “para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (bell hooks, 2019, p.17). Ainda segundo bell hooks (2019), dentro do próprio movimento existem duas bases: a revolucionária e a reformista.

Desde seu início, o movimento feminista foi polarizado. Pensadoras reformistas escolheram enfatizar a igualdade de gênero. Pensadoras revolucionárias não queriam apenas alterar o sistema existente para que mulheres tivessem mais direitos. Queríamos transformar aquele sistema para acabar com o patriarcado. [...] A noção de ‘libertação da mulher’ que pegou - e ainda está no imaginário do público - era aquela que representava mulheres querendo o que os homens tinham. E essa era a ideia mais fácil de realizar. Mudanças na economia do país, depressão econômica, desemprego etc. criaram um clima favorável para que cidadãos de nossa nação

aceitassem a noção de igualdade de gênero no mercado de trabalho (bell hooks, 2019, p.23).

Ou seja, algumas mulheres estavam em busca da igualdade em relação aos homens, obter direitos iguais como poder trabalhar e receber o mesmo salário, enquanto uma parte das mulheres queriam, pois compreendiam que o sistema capitalista, machista e racista não traria nenhuma liberdade à mulher, a mudança desse sistema por completo - reforma e reestruturação geral da sociedade-. Porém, a entrada da mulher no sistema econômico era positiva para o capitalismo, sendo esse um dos fatores decisivos pois trazia a ideia de “igualdade de gênero no mercado de trabalho”, e se tornou possível com o passar dos anos.

Além disso, é válido destacar que dentro do movimento feminista existem várias vertentes teóricas (Marxista, Liberal, Radical, Socialista, entre outros). A autora Teresa⁷ Lisboa (2010, p. 69) afirma que

O pensamento feminista, portanto, tende a ser um conjunto de diferentes correntes teóricas, com múltiplas concepções e pontos de vista; caracteriza-se por ser uma prática política e cultural que busca mudar as estruturas desiguais de poder na sociedade, que luta contra inimigos comuns, como o patriarcado, o sexismo, a exploração, a discriminação, homofobia e outros.

Ainda segundo Lisboa (2010, p.69)

Foram os movimentos feministas que questionaram pela primeira vez a clássica distinção entre o público e o privado introduzindo o slogan “o pessoal é político”. Também insistiram em colocar como uma questão política e social, a forma como os sujeitos são generificados, politizando a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres), questionando assim o conceito de sujeito do Iluminismo, “indivisível” e unificado, centrado na imagem do “homem” racional, científico, diante do qual se estendia a totalidade da história humana, para ser compreendida e dominada.

A partir disso o movimento feminista impulsiona a categoria Gênero. Segundo as autoras Maria Duriguetto e Verônica Alagoano (2018, p.235), o termo Gênero foi difundido nos anos de 1975 no mundo, chegando ao Brasil na década de 1990, com o intuito de modificar o foco das mulheres para o Gênero. Apesar das críticas em relação à “substituição” feita na academia, da categoria Mulheres pela categoria Gênero nos estudos e a suposta invisibilidade que isto proporcionou às mulheres e ao movimento feminista (CISNE; SANTOS, 2018, p.51), é válido ressaltar que é a categoria Gênero que abarcará as relações sociais entre homens e mulheres, como será visto adiante.

⁷ É válido ressaltar a opção por escolher descrever o nome completo das autoras quando as mesmas são citadas pela primeira vez. Este fato decorre da necessidade de desmistificar a posição que, no inconsciente ocorre, de que são sempre autores homens escrevendo. Pelo fato de ter apenas o sobrenome, surge a dúvida de quem está escrevendo. Nesse sentido, optou-se por, sempre que uma autora mulher fosse referenciada, que na primeira vez que isso acontecesse, seu primeiro nome fosse destacado.

Porém, Joan Scott (1995, p.75) traz que

O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro.

Assim, é válido ressaltar que, no Serviço Social, autoras como Mirla Cisne e Silvana dos Santos (2018) utilizam-se da categoria “*relações sociais de sexo*”⁸. As mesmas reconhecem a contribuição que os Estudos de Gênero desempenharam ao chamar a atenção para a “necessidade de se desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres” bem como a designação de gênero como “construção social do masculino e do feminino” (CISNE; SANTOS, 2018, p.46). Porém, as autoras criticam o termo Gênero por deixar a categoria “sexo” como algo natural, trazendo a dicotomia: “sexo/gênero” e “natural/social” como se o sexo também não fosse socialmente construído e histórico, e destacam que,

adoção do termo ‘relações sociais de sexo’ e não gênero, por entendermos que o sexo também é socialmente determinado e que reduzi-lo a dimensão biológica reforça o processo de naturalização e de a-historicidade que a sexualidade tem sido tratada, notadamente, no ambiente teórico e político conservador. (CISNE; SANTOS, 2018, p.50).

Andrea Alves (2018) irá trazer que dentro do Serviço Social apresentam-se três vertentes mais comuns para a análise das relações de desigualdade em relação ao Gênero, que são: a marxista, as relações sociais de sexo e a interseccionalidade, sendo que as duas primeiras são mais recorrentes na área. De acordo com a autora, a teoria marxista proporcionou uma reflexão crítica acerca da mulher na esfera econômica e do trabalho. Alves (2018) também mostra a importância da autora Heleieth Saffioti com sua tese de doutorado, na qual a autora irá abarcar a “incorporação das mulheres à força de trabalho no capitalismo” (ALVES, 2018, p.271). Ainda assim, a autora traz a importância da teoria marxista com o movimento feminista,

Nesse sentido, as lutas feministas em torno do acesso das mulheres ao trabalho remunerado carregam um potencial revelador das contradições da própria formação capitalista. Esse potencial pode ser realizado na medida em que os limites da incorporação das mulheres ao mundo do trabalho assalariado e a natureza da relação entre reprodução (as tarefas domésticas) e o mundo da produção — a divisão sexual do trabalho — sejam efetivamente compreendidos. (ALVES, 2018, p.272).

⁸ Ver mais em “Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social”, Mirla Cisne, Silvana Mara Morais dos Santos, 2018.

As relações sociais de sexo, defendidas no Serviço Social pelas autoras Cisne e Santos como mencionado anteriormente, partem da ideia de que as “relações de trabalho são sexuadas e portadoras de hierarquias de gênero” (ALVES, 2018, p.274). Nesse aspecto, o trabalho é visto como transformador da sociedade, como algo além do material, mas também mental. Ou seja, a visão sobre a produção (trabalho laboral, material) e a reprodução (aquilo que proporciona a produção, como o mental, o cuidado), “Em vez dessas esferas serem pensadas como separadas e relacionais, passa-se a vê-las como acopladas uma à outra, como uma unidade (ALVES, 2018, p.276)”. Nesse sentido, ao abarcar tanto o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo juntos, percebe-se as hierarquias de Gênero.

A vertente/teoria/perspectiva da interseccionalidade é a menos utilizada na área do Serviço Social e apresenta como diferencial a evidência da percepção de Raça. Alves (2018) destaca que foi a partir do feminismo negro que a perspectiva fundou suas bases, e tem sua importância por “levar a sério o cruzamento de raça e gênero para a explicação das formas de subordinação e de resistência produzidas em sociedade (ALVES, 2018, p.280)”. Outro ponto importante da interseccionalidade é a voz dada aos sujeitos que vivenciam as opressões.

Nesse sentido, a abordagem interseccional compromete-se em investigar as relações de opressão considerando fundamentalmente o ponto de vista daquele que se encontra marcado por essas relações (ALVES, 2018, p.281).

Para o Serviço Social, isto é extremamente relevante. Poder ouvir daqueles que sofrem as opressões e desigualdades sociais é fundamental para a compreensão da realidade e análise desta para uma intervenção efetiva.

A partir do exposto, o presente estudo adotou a terminologia Gênero por considerar a de maior abrangência para o objetivo do estudo. Com bases em Scott (1995), Connel e Pearse (2015), gênero é

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p.86).

A autora Scott (1995) trata o Gênero como um elemento essencial das relações sociais e como maneira primária de significar as relações de poder. Para compreender melhor o conceito de Gênero para a autora, ela traz quatro elementos: a ideia de que os símbolos culturais trazem representações simbólicas nas relações, como por exemplo a “Eva e Maria”, bem como as interpretações acerca destes símbolos, que são contidos e limitados ao que as

doutrinas religiosas, educativas e científicas determinam como significados, formulando uma visão binária fixa entre homem e mulher, masculino e feminino (SCOTT, 1995, p.86). Nessas duas primeiras suposições, a autora mostra como os símbolos de Eva e de Maria, construídos pela doutrina religiosas, determinam Eva como pecadora, e Maria como santa, limitando-se a esses dois significados, fazendo com que as relações sociais das mulheres estejam encaixadas em uma ou outra.

Nas outras partes de seu conceito, Scott (1995) traz o desafio de expandir essa noção de fixidez, descobrindo a natureza dessas representações binárias. Ao realizar essa busca pela natureza, percebe-se que os/as estudiosos/as estavam focando-se no “uso do gênero ao sistema de parentesco (centrando-se no lar e na família como a base da organização social)”(SCOTT, 1995, p.87) e deixando de lado o mercado de trabalho, a educação e o sistema político que também influenciam nas organizações sociais. Ou seja, o Gênero é construído através do parentesco, mas também pela economia e política. E como última parte, a autora traz que as identidades subjetivas, identidades generificadas, devem ser examinadas perante sua construção acerca das atividades, organizações e representações sociais dos determinados períodos históricos, para assim serem compreendidas.

Scott (1995, p.89) destaca que

O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legítima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

Nesse sentido, analisar as interações humanas sobre o viés de gênero é compreender as particularidades e as complexidades por trás das relações humanas. Conforme a descrição de Gênero de Scott, percebe-se que os mecanismos utilizados na sociedade para definir o ser homem e ser mulher, e como os mesmos constroem essas relações sociais, são diversos, desde a cultura, as organizações sociais e a própria identidade subjetiva dos sujeitos, bem como com a relação recíproca entre gênero-sociedade e gênero-política.

Conforme Raewyn Connel e Rebecca Pearse (2015) o Gênero é visto a partir da dicotomia,

A maioria das discussões sobre gênero na sociedade enfatiza uma dicotomia. Ao começar a partir de uma divisão biológica entre homens e mulheres, define-se gênero como diferenças sociais ou psicológicas que correspondem a essa divisão, sendo construídas sobre ela ou causadas por elas. Em seu uso mais comum, então, o termo ‘gênero’ significa a diferença cultural entre mulheres e homens, baseada na

divisão entre fêmeas e machos. A dicotomia e a diferença são a substância dessa ideia. (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 46).

Porém, essa visão é muito dicotômica, e as autoras mostram que pensar em Gênero é pensar em relações sociais dentro dos grupos e como sendo uma estrutura na sociedade. Ou seja, “o gênero é a estrutura das relações sociais” e ainda “o gênero, como outras estruturas sociais, é multidimensional”, sendo identidade, trabalho, poder, sexualidade, entre outros, ao mesmo tempo (CONNEL; PEARSE, 2015, p.48-49). Nesse sentido, o Gênero não é algo dado, dicotômico, simples, e é sim algo complexo, que é estruturante na sociedade e que muda conforme o contexto social.

A partir disso, algumas autoras consideram o termo relações sociais de sexo como

Relacionada à divisão sexual do trabalho, a utilização do conceito em questão torna-se relevante por demarcar uma hierarquia entre os sexos, o que não se pode verificar na utilização do conceito de gênero. (DURIGUETTO; ALAGOANO, 2018, p.237)

Apesar de que Gênero possa não trazer explicitamente a hierarquização que o termo “relações sociais de sexo” traz, compreende-se que, ao não reforçar a divisão e a hierarquização, fornece dados para que possamos modificar, não negando a hierarquização, mas compreendendo que o termo Gênero pode abarcar possibilidades de mudanças na sociedade por parte de homens e mulheres.

Autoras como Connel e Pearse (2015, p.35), ao tratarem do termo Gênero, mostram como os homens também são afetados pelas questões de Gênero. Ao trazerem dados sobre a população carcerária, no qual homens são a maioria, de como os homens morrem em guerras e em trabalhos pesados como construções civis e minerações, elas proporcionam a reflexão acerca do que se espera dos homens socialmente e de como eles também são cobrados a partir dos aspectos de virilidade e força. Conforme as autoras, “apesar de os homens se beneficiarem das desigualdades da ordem de Gênero, esse benefício não ocorre de maneira uniforme. (CONNEL; PEARSE, 2015. p. 42)”. Nesse sentido, percebemos como a categoria Gênero proporciona um olhar ampliado em relação à situação das mulheres e dos homens na sociedade.

Nesse sentido, o presente Trabalho de Conclusão de Curso buscou analisar a categoria Gênero nas produções acadêmicas do Serviço Social. O fato de Gênero compreender as relações sociais, tanto de homens e mulheres, proporciona um olhar ampliado para as diversas esferas da vida, bem como a discussão sobre orientação sexual e a população LGBTQI+⁹ e

⁹A sigla LGBTQI+ representa: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans (transsexuais, transgêneros, travestis), Queer, Intersex, e o + para as demais maneiras de ser que transcendem essas categorias.

das expressões da questão social. Nesse sentido, é necessário compreender a categoria Raça também como um elemento essencial para as expressões da questão social.

2.2 RAÇA: COMPREENDENDO SEUS SIGNIFICADOS E SUA IMPORTÂNCIA.

Para compreendermos os significados atribuídos à categoria Raça, é preciso conhecer a dimensão histórica que a cerca. A história da escravidão e seus impactos na vida dos/as negros/as, na política brasileira e posteriormente no Serviço Social, serão importantes bases para compreender a questão racial e as desigualdades sociais.

Inicialmente, para compreender a questão racial, a autora Marcia Eurico (2011, p. 22) traz que é preciso entender a contribuição que os três povos - os africanos, os indígenas e os europeus - tiveram para a formação da sociedade brasileira. Na gênese do Brasil, os três povos tiveram grande influência, porém, conforme a autora Eurico (2011, p. 22), existe uma hierarquização na importância da participação de um determinado grupo sobre os outros. Nesse sentido, a população negra era e é vista ainda hoje, como “prejudicial, maléfica e pouco qualificada, responsável pelos atributos negativos do cidadão brasileiro (EURICO, 2011, p.22).” e, ao mesmo tempo, cria-se no imaginário da sociedade brasileira a falácia da “hospitalidade brasileira” e da “democracia racial”, que servem como encobrimento das desigualdades raciais.

Sobre desigualdade social e seu encobrimento, é válido ressaltar que

As situações de desigualdade social, racialmente fundadas, são percebidas como uma questão de classe, consequência apenas da perversa distribuição de renda no país. Afinal não temos preconceito, dividimos o mesmo espaço, acessamos os mesmos equipamentos públicos, utilizamos até o mesmo transporte coletivo. (EURICO, 2011, p.23).

Em relação aos europeus, a autora traz a característica do belo, forte, inteligente, culturalmente superior, como exemplo de civilidade (EURICO, 2011, p.24). O europeu era visto como o homem branco detentor de sua superioridade, que iria “salvar” os índios nativos, que já estavam no Brasil, que eram considerados “selvagem, arredio e difícil de dominar” (EURICO, 2011, p.24) pelos portugueses. Cabe ressaltar que a população indígena “também sofre com a exploração capitalista que não respeita suas tradições, impondo a qualquer preço a sua ideia de civilidade (EURICO, 2011, p.24)”. Os mesmos eram vistos como incompatíveis com o processo intenso de trabalho (escravidão), por terem uma cultura de produção para subsistência, para si, além de apresentarem uma defesa biológica baixa, de modo que, ao

entrarem em contato com os brancos, acabaram adquirindo gripe, varíola e sarampo (FAUSTO, 2006, p.49-50).

Sobre os africanos, Eurico (2011, p. 24) destaca como eles eram considerados “ignorantes, primitivos e inferiores”. E, principalmente, ao se mencionar a religião africana e seus cultos e orixás, a autora ressalta que isso impulsionou o apoio e a legitimação da Igreja Católica frente à escravidão, sendo visto o catolicismo como salvação da alma dos/as negros/as através de ações católicas.

Além disso, é válido ressaltar o movimento de resistência desses povos perante a escravidão. Segundo Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015),

Além disso, diferentemente do que hoje se imagina, os escravizados não se comportavam como ‘coisas’, tendo sempre agenciado seu lugar e condição, lutado para conseguir suas horas de lazer, manter sua família, recriar seus costumes em terras estranhas, cultivar seus deuses e práticas, preservar seus filhos e cuidar deles. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.130)

As autoras destacam a importância da cultura como um meio de resistência e existência durante esse processo. E sobre a relação da população negra e indígena, é válido ressaltar que

Seria errado pensar que, enquanto os índios se opuseram à escravidão, os negros a aceitaram passivamente. Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos, desde os primeiros tempos. (FAUSTO, 2006, p. 42).

Nesse sentido, a população negra resistiu ao processo de escravização. Esse processo de resistência se deu nas estratégias de manutenção dos seus momentos de lazer, de orações, de culto, nas diversas maneiras de praticar suas culturas e seus costumes.

Eurico (2011, p.37) traz que a condição de desigualdade da população negra na contemporaneidade não é consequência apenas da escravidão, mas também do processo de desenvolvimento do país. Por isso a autora faz um levantamento de como o Estado brasileiro tratou a questão racial durante os anos, no acesso às políticas públicas, e como fortaleceu o abismo entre brancos/as e negros/as. Além disso, a autora Eurico (2011) destaca algumas leis que foram importantes para compreender a atualidade, ou parte dela.

Em relação à educação, cabe dizer que o Estado brasileiro criou a Lei Complementar de 1824, que impedia os/as negros/as de frequentar escolas, o que levava ao grande índice de analfabetismo na época dos/as negros/as escravizados/as. Em 1850, cria-se a Lei Eusébio de Queiroz, que proíbe o tráfico de escravos, e no mesmo ano a Lei da Terra, na qual a terra

passou a ser adquirida somente a partir da compra delas, e o Estado não poderia ceder aos futuros libertos negros (EURICO, 2011).

Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) grande parcela da população negra escravizada e “desocupada” serviu como soldado. Nesse período, a força de trabalho escrava passou a deixar de ser a principal fonte de trabalho, e por isso parte dos escravizados estavam desocupados, de modo que, para evitar “revoltas”, as classes dominantes os enviaram para a guerra, a qual gerou desaparecimento de metade da população negra que foi à guerra, o que serviu como modo de “livrar-se desse grupo indesejado (EURICO, 2011, p.39)”.

Além disso, no ano de 1871 tem-se a Lei do Ventre Livre. Esta lei consistia em dar liberdade aos filhos de escravas nascidas a partir desse ano, mas é válido ressaltar que as mães continuavam escravas e que os proprietários das escravas poderiam escolher se ficavam ou não com a criança, a qual futuramente poderia servir de mão de obra livre. Assim como a Lei do Sexagenário de 1885, que libertava todos os escravos negros com 60 anos ou mais de idade e o Estado não teria dever de indenizar ou auxiliar em nada eles (EURICO, 2011), ou seja, a liberdade não garantia o mínimo para sobrevivência. Estas duas leis mostram o quanto o Estado e as classes dominantes estavam pensando na lógica da economia, enquanto um poderia lhe servir como mão de obra, o outro já não dava mais conta, e evidencia como o Estado não se responsabilizava pelos cuidados mínimos após a libertação. Já em 1888, cria-se a Lei Áurea, que extingue a escravidão no Brasil.

Com descreve Renata Gonçalves (2018, p.515) sobre o pós Lei Áurea,

quando nos debruçamos sobre o que ocorreu nos dias posteriores ao conagraçamento de 13 de maio de 1888, percebemos que as correntes formais deixaram de existir, mas o salto para que os(as) trabalhadores(as) negros(as) fossem reconhecidos(as) como parte constitutiva da incipiente nação brasileira tornou-se um longo e intolerável cortejo. O Estado brasileiro não implementou políticas que impulsionassem a inclusão destes(as) no universo da cidadania, até porque isto implicaria profundas mudanças nas relações sociais, especialmente no campo. (GONÇALVES, 2018, p.515).

Nesse sentido, é válido destacar que, após o fim da escravidão, o Estado não se compromete com os ex-escravos/as negros/as, sem garantir condições mínimas como terreno e políticas públicas para a inserção no mercado de trabalho. Em 1890, criou-se o Decreto 528 que permitia a livre entrada de imigrantes para o país. Neste momento, o Estado estava interessado em uma política de branqueamento, e, para isso, abre as “portas” para os imigrantes europeus a partir de diversos incentivos para a sua vinda até meados do ano de 1928. Ou seja, a mão de obra escrava era substituída pelo trabalho livre e pela busca por um

branqueamento do país, o que impulsionou a busca por mão de obra europeia (EURICO, 2011).

Em relação ao trabalho livre e a não inserção do negro nesta nova forma de trabalho, a autora Gonçalves (2018) traz a contradição de que, enquanto escravo, o negro era forte e trabalhador, porém quando deixa de ser escravo vira “ocioso”, “vagabundo” e “desocupado”.

O trabalho para o escravo (sic) era uma maldição, levando-o a preferir o ócio. Antes se consideravam os(as) negros(as) dóceis e aptos(as) ao trabalho forçado; agora se insistia em vinculá-los(as) à ociosidade como justificativa para empregar a força de trabalho do imigrante europeu. (GONÇALVES, 2018, p.517).

Além disso, alguns termos como Raça, racismo, etnia, negro e brancura são importantes de serem conceitualizados. O termo Raça, apesar de trazer a ideia de inferioridade biológica para algumas pessoas, como justificativa para a desigualdade social, tem sua utilização defendida por autores como Eurico (2011), por

Concebemos o termo, portanto, tal qual ele foi ressignificado pelo Movimento Negro brasileiro desde a década de 1970, como um conceito eminentemente político, capaz de trazer à tona os meandros da questão racial no país, o que não seria atingido pela supressão do termo. (EURICO, 2011, p. 44).

Sobre o termo Raça, o autor Guimarães (1999) traz várias contribuições para a compreensão histórica do termo e das relações raciais brasileiras. Inicialmente, Guimarães (1999, p. 147) mostra como a Raça era vista pelos séculos, passando pelas grandes áreas das ciências, desde a biologia, a antropologia com a cultura, e as ciências sociais. Segundo o autor

No século passado, não havia dúvidas de que as ‘raças’ eram subdivisões da espécie humana, grosseiramente identificadas com as populações nativas dos diferentes continentes e caracterizadas por particularidades morfológicas tais como cor da pele, forma do nariz, textura do cabelo e forma craniana. Juntavam-se a tais particularidades físicas características morais, psicológicas e intelectuais, que supostamente, definiam o potencial das raças para a civilização. Essas doutrinas, consideradas científicas, que Appiah chama de racismo, serviram para justificar diferenças de tratamento e de estatuto social entre os diversos grupos étnicos presentes nas sociedades ocidentais e americanas, conduzindo, quase sempre, a um racismo perverso e desumano, genocida [...]. (GUIMARÃES, 1999, p. 147).

Segundo Lia Schucman (2010) o avanço das ciências biológicas e genéticas no século XX concluíram que a Raça enquanto biológica não existe,

pois os marcadores genéticos de uma determinada raça poderiam ser encontrados em outras e, portanto, experiências genéticas comprovaram que: pretos, brancos e amarelos não tinham marcadores genéticos que os diferenciavam enquanto raça. Desta forma, mesmo que os patrimônios genéticos dos seres humanos se diferenciem, as diferenças não são suficientes para classificá-los em raças. (SCHUCMAN, 2010, p. 44).

Guimarães (1999) mostra como uma parcela dos/as brasileiros/as acreditam que a Raça não existe, e que o que justifica a desigualdade são as classes sociais. Com o afastamento do termo Raça, começou-se acreditar na ideia de que o racismo não existe no país, o que levou ao Movimento Negro a questionar esse esquecimento da categoria Raça enquanto social. Ao questionar os/as brasileiras sobre o que é Raça e se ela existe, Guimarães (1999, p. 149) traz que

raça é uma invenção estrangeira, ela mesma sinal de racismo, inexistente para o povo brasileiro. Esta resposta tem um traço que eu gostaria de realçar, qual seja, a negação do racismo e da discriminação racial existentes no país, razão pela qual os brasileiros preferem falar, por exemplo, em preconceito — a atitude equivocada, individual, de preconceber antes de conhecer os fatos ou as pessoas — a falar em discriminação — o ato de discriminar. Ou seja, quero realçar o seguinte ponto: no Brasil, o ideário anti-racialista de negação da existência de ‘raças’ fundiu-se rapidamente com uma política de negação do racismo como fenômeno social. Entre nós existiria apenas ‘preconceito’, ou seja, percepções individuais equivocadas, que tenderiam a ser corrigidas na continuidade das relações sociais. (GUIMARÃES, 1999, p. 149).

Nesse sentido, ao negar o termo Raça, está negando-se o racismo, e como se tem o ideário de que o Brasil é um país da democracia racial, isso ressoa bem aos ouvidos de parte da população. E sobre Racismo, Eurico (2013, p.294), com base em Guimarães (1999), destaca que “[...] o racismo ocorre quando grupos humanos considerados raças ou identificados por traços raciais ou racializados (como, por exemplo, a cor) são tratados de modo desigual do ponto de vista econômico, político, social e cultural.”

Schucman (2010, p. 44), considera o racismo como

qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado na ideia de raça. Pois, mesmo que essa ideia não tenha nenhuma realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar as desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas à ‘raça’ significa legitimar diferenças sociais a partir da naturalização e essencialização da ideia falaciosa de diferenças biológicas que, dentro da lógica brasileira, se manifesta pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais.

Munanga (2003, p. 8) destaca o racismo como

uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence.

E racismo nas palavras de Almeida (2019, p.22)

é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Além disso, Almeida (2019) destaca a existência de três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. O racismo individualista (ALMEIDA, 2019, p.23) foi uma das primeiras perspectivas a serem analisadas, que consideravam o racismo como algo individual do ser humano, caracterizando-se como uma patologia, como uma anormalidade do indivíduo. Com o avanço das compreensões, novas percepções foram surgindo e percebeu-se que a explicação do racismo pela esfera individual não respondia às demandas atuais. Com isso, observou-se que a esfera institucional desempenha papel essencial na reprodução do racismo. Sobre a concepção do racismo institucional, Almeida (2019, p.27-28) destaca que

conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente por que as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.

Nesse sentido, o racismo institucional mostra que as instituições, dotadas de poder, utilizam-se desse poder para praticar ações racistas (ALMEIDA, 2019). O racismo institucional se materializa quando os/as negros/as não conseguem acessar as instituições escolares, as faculdades, os cargos de poder etc.

Já na perspectiva do racismo estrutural, Almeida (2019, p.33) destaca que

As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista.

Nesse sentido, Almeida (2019, p.35) afirma que o racismo é estrutural, e ainda destaca que compreender o racismo enquanto estrutura da sociedade, não exclui a responsabilidade dos sujeitos individuais.

pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas [...] Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça o indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silencia o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. (ALMEIDA, 2019, p. 36)

E é nesse sentido que o termo Raça é utilizado, por mostrar como o racismo opera, e não no sentido biológico (EURICO, 2011).

O racismo no Brasil, enquanto uma construção sócio-histórica, traz consigo o

preconceito e a discriminação racial, acarretando prejuízos à população negra nas diferentes fases do ciclo de vida, independente da camada social e da região de moradia. (EURICO, 2013, p.295).

Ainda sobre o racismo, o autor Guimarães (1999, p.149) traz que existem três dimensões sobre o racismo: “uma concepção de raças biológicas (racialismo); uma atitude moral de tratar diferentemente membros de diferentes raças; uma posição estrutural de desigualdade social entre as raças, oriunda deste tratamento”.

Em relação ao termo etnia, Eurico (2013, p.296) traz que

o conceito de etnia refere-se a indivíduos que compartilham uma herança social e cultural transmitida de geração em geração. Etnia refere-se a aspectos culturais e também tem um sentido político, de afirmação da diferença cultural enquanto valorização humana. Pessoas que podem ser identificadas como pertencentes a grupos raciais distintos, podem ser agrupadas num mesmo grupo étnico e vice-versa.

Neste mesmo sentido, Munanga (2003, p.12) traz que

etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.

E o termo negro está “para além da cor da pele, remete a uma origem racial, aos descendentes de negros africanos no Brasil, valorizando os atributos físicos e culturais daqueles que representam quase metade da população brasileira (EURICO, 2013, p.296).” E em relação à brancura, Eurico (2011, p.49) traz que “significava superioridade e privilégio, em contrapartida aos não-brancos, considerados “os outros”. Na atualidade, a brancura confere vantagens e prestígios, atualizando o racismo nas relações sociais.” E ainda “a ideologia da brancura permitiu a construção/consolidação de relações sociais profundamente desiguais, com a atribuição de privilégios numa sociedade patriarcal, machista e racista.”.

E sobre as relações sociais entre brancos/as e pretos/as

É na esfera das relações sociais que a questão racial ganha amplitude, na forma como a população negra acessa a riqueza socialmente produzida, ao estabelecer relações afetivas, no acesso e permanência no mercado de trabalho, na invisibilidade escolar. Enfim, é na vida cotidiana que a diversidade racial ganha contornos de desigualdade social. (EURICO, 2013, p.295-6).

Nesse sentido, o presente estudo utiliza-se da categoria Raça enquanto social, rejeitando o ideário biológico, tendo como uso para reconhecer o racismo instituído e construído na sociedade para análise. Nesse sentido, para maior compreensão da Raça e seus desdobramentos, serão analisadas as categorias “etnia”, “étnico-racial” e “racismo” como palavras-chaves para o estudo.

2.3 - SERVIÇO SOCIAL: PERCURSO HISTÓRICO E QUESTÃO SOCIAL.

O Serviço Social esteve, inicialmente, ligado ao pensamento social católico e conservador europeu, trazendo concepções destas duas esferas para a sua análise da sociedade (IAMAMOTO, 2014). O Serviço Social foi visto, por muitos anos, como “vocação, habilidade, ocupação, ofício ou até mesmo arte” (FRAGA, 2010, p.42). Para que se superasse esse ideário, a profissão passou por diversas transformações, acompanhando os momentos históricos e o contexto social. Nesse sentido, para o presente estudo a contextualização de um dos maiores movimentos no bojo da profissão precisa ser refletido, para que posteriormente se compreenda a questão social.

Em meio ao contexto social das décadas de 1950 à 1970, muitas mudanças aconteceram no Serviço Social. Com a Primeira e Segunda guerras mundiais, o capitalismo cresce e se solidifica a partir das indústrias automobilísticas, petroquímicas e de eletrodomésticos, que causaram um grande crescimento econômico, e o Estado, assim, aprofunda seu papel na acumulação, tendo o padrão keynesiano e fordista para a produção em massa (SILVA, 2013). Porém, com a Guerra Fria e o medo do avanço do comunismo no início dos anos 1970, bem como os problemas econômicos, o capitalismo entra em crise. Será em meio a este contexto de crise que o Serviço Social brasileiro terá bases materiais para a sua renovação (SILVA, 2013).

A renovação do Serviço Social brasileiro¹⁰ é importante para que se compreenda a sua trajetória até os dias atuais. Segundo Silva (2013, p. 90), nesse percurso coloca-se em questão as

discussões sobre a metodologia de atuação profissional, a retomada das preocupações teóricas (ainda que de forma superficial e tímida), a aproximação com outras áreas do conhecimento tendo o espaço universitário como importante interlocutor, a importância da pesquisa e da produção de conhecimento no âmbito da profissão.

O movimento pela renovação parte de uma inquietação profissional frente à conjuntura. Conforme Netto (2005, p. 9)

Neste marco, assistentes sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da ‘questão social’, sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais [...].

¹⁰ O movimento de reconceituação teve início no “I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social”, que foi realizado em maio de 1965 em Porto Alegre - RS (NETTO, 2005, p.9).

Este processo de renovação ou reconceitualização pelo qual a profissão passou foi ancorado pelo conservadorismo. Silva (2013) destaca as duas tendências que Netto (1991) descreve como “perspectiva modernizadora” e “reatualização do conservadorismo” que, apesar de perpassar pelo conservadorismo, tomaram caminhos diferentes, ainda que nenhuma delas tenha sido crítica à ordem estrutural vigente à época. A perspectiva modernizadora tem como origem os encontros de Araxá no ano de 1967 e de Teresópolis em 1970, apresentando como base o funcionalismo e o positivismo, enxergando a realidade a partir de uma “situação problema” com a qual o/a assistente social deveria “diagnosticar” e fazer uma “intervenção planejada”, reforçando um perfil tecnicista, gerando uma modernização das abordagens de “caso, grupo e comunidade” utilizadas na década de 50 (SILVA, 2013, p.92-93). Ainda segundo Silva (2013, p. 45)

É preciso reconhecer que a perspectiva modernizadora permaneceu hegemônica durante todo período ditatorial brasileiro. Seus princípios eram funcionais à autocracia em curso, que, por sua vez, não permitia que outras tendências pudessem se desenvolver ou, pelo menos, se expressar livremente no âmbito do Serviço Social.

Porém, apesar de hegemônica, no interior da profissão já havia busca por alternativas. Conforme Silva (2013), no encontro de Sumaré, em 1978, foi possível perceber, mesmo que de maneira superficial, um deslocamento para uma perspectiva renovadora. Esta perspectiva foi descrita como “reatualização do conservadorismo (NETTO, 1991)” porque, apesar de mudar o foco, continuou mantendo resquícios do conservadorismo. Neste momento, o Serviço Social se aproxima da Fenomenologia, a qual trouxe ideais como “essência”, “reflexão”, “consciência” e “intencionalidade”.

Segundo Silva (2013, p. 96) temos que “Nesse processo, a ‘consciência intencional’ interpreta, intui, significa os fenômenos a partir do ‘eu’ que se situa no mundo, enfatizando uma orientação compreensiva e não explicativa do real.”. Nesse sentido, a vertente fenomenológica trouxe o sujeito para o centro da discussão, como se ele fosse o responsável exclusivo da sua situação e sua realidade, e ele como potencial para transformar sua realidade.

Além disso, Silva (2013), traz a identificação de uma terceira vertente que surge no período ditatorial, e que ganha forças com o fim do regime. Essa vertente é determinada por Netto (1991) como “intenção de ruptura”, e também é conhecida como “Método de Belo Horizonte - BH”. Essa vertente traz consigo inspirações marxistas durante os anos de 1972-5, com ideais mais à esquerda, de resistência à ditadura, busca pela redemocratização e ações importantes como

a) uma forte crítica à proposta de desenvolvimento em curso na época, tendo como referência a aproximação com a tradição marxista (ainda que pelo viés da militância política); b) a composição de um projeto global (que ultrapassou o próprio projeto profissional) com forte crítica ao tradicionalismo e às outras matrizes reconceituadas; c) a crítica à “neutralidade”, à departamentalização/fragmentação responsável pela mutilação do real, bem como a recusa do vínculo do Serviço Social com processos de adaptação, de integração social e de individualização dos ‘problemas sociais’ despidos de contextualização e de análise histórica. (SILVA, 2011, p.98-99).

Sobre a aproximação com o marxismo, Silva (2013) destaca que ela se deu de forma banalizada, visto que não se lia as obras originais de Marx. Marilda Iamamoto (2014, p. 622) destaca que a aproximação teórica da profissão com o marxismo foi tardia, mais especificamente nos anos de 1960, e com isso, também, abre-se um debate plural no meio acadêmico. Nesse sentido, apesar de ser tardio e não se ter uma leitura problematizadora da realidade social e da economia, este movimento foi importante para

maior densidade teórica temperada por estudos mais sólidos (ainda que ecléticos); indicação de alternativas em relação ao ‘Serviço Social tradicional’ (ainda que marcadas pelo epistemologismo); e maior abertura da profissão para um diálogo salutar com diferentes setores das Ciências Humanas e Sociais (o que não é pouco) (SILVA, 2013, p.102).

Além disso, sobre o movimento de reconceituação

foi caminho necessário e insubstituível para que o Serviço Social não passasse em branco os últimos 50 anos e tivesse fôlego para adentrar com força e crítica nas décadas de 1980 e 1990 diante das profundas transformações societárias que se anunciavam depois da crise do capital a partir de 1973. (SILVA, 2013, p.104).

Nesse sentido é importante ressaltar alguns ganhos e avanços na área. Silva (2013) traz a importância dos/as assistentes sociais na consolidação da seguridade social - saúde, previdência social e assistência social-, na Constituição Federal de 1988, bem como o Código de Ética do/a Assistente Social, a partir da Resolução Cfess n.273, de 14 de março de 1993, o qual traz o compromisso com a *liberdade, autonomia, emancipação, democracia, cidadania, justiça social, pluralismo e recusa de todo tipo de discriminação e preconceito*. Bem como o amadurecimento de um Projeto Ético Político Profissional, no qual se vincula aos/as trabalhadores/as e ao amadurecimento teórico. Segundo Silva (2013, p.110)

O que se observou, no geral, portanto, é que a tendência mais progressista do Serviço Social assumiu os rumos da profissão, construiu uma hegemonia possível e ‘passou a dar as cartas’ considerando, sobretudo, o seu adensamento teórico e sua inserção concreta nos principais órgãos representativos da profissão e outros importantes espaços fora dela.

Além desses avanços, Netto (2005, p.11-12) traz algumas conquistas que o Serviço Social obteve durante este período de renovação. O autor destaca a articulação entre os países

latino-americanos que, com a união durante o processo, puderam realizar diálogos entre as diversas realidades; o reconhecimento da dimensão política da profissão; o diálogo crítico com as Ciências Sociais, retirando aquela passividade existente até então entre as duas áreas; o pluralismo profissional com as suas diversidades e concepções. E, por fim,

A principal conquista da Reconceituação, porém, parece localizar-se num plano preciso: o da recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo (quase sempre um executor terminal de políticas sociais). (NETTO, 2005, p.12)

Portanto, é com esse movimento que o Serviço Social vai amadurecendo sua perspectiva social crítica, a partir da incorporação da pesquisa e de diversas funções atribuídas à profissão. Nesse sentido, a perspectiva teórico-metodológica do Serviço Social vem se construindo a partir da década de 90 sob influência da tradição marxista e se mantendo como “paradigma de análise e compreensão da realidade” (YAZBEK, 2009, p.20), apesar da “‘crise’ dos modelos analíticos, explicativos nas ciências sociais” (idem, p.19) que o pensamento pós-moderno abarca. Com isso, várias vertentes chegam ao âmbito do Serviço Social, porém há uma defesa evidente pela perspectiva marxista de análise da realidade pela importância que as categorias “totalidade”, “historicidade” e “mediação” (NETTO, 2009) representam para a leitura de realidade.

Assim, o projeto ético-político do Serviço Social irá abarcar alguns pontos essenciais para a profissão. O primeiro ponto a ser elencado ao projeto ético-político é sua característica transformadora, ou seja, seu vínculo com um projeto societário (projeto de sociedade) que seja transformador (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). E este projeto, assim como qualquer projeto, apresenta um caráter político frente à sociedade e suas classes.

Nesse sentido, o projeto ético-político do Serviço Social está ancorado na classe trabalhadora. E esse projeto é marcado por princípios e valores, por uma matriz teórico-metodológica, por uma crítica à ordem social vigente (sociedade capitalista) e por diversas lutas políticas que estão presentes no bojo da profissão (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). O Código de Ética do/a Assistente Social elenca os valores de liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão dos sujeitos como princípios centrais que norteiam a ação profissional. Bem como sua postura frente à sociedade optando “por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 2012, p.24)”.

Outro ponto a se destacar são as matrizes teórico-metodológicas, político-organizativa e jurídico-político do projeto ético-político. De acordo com Joaquina Teixeira e Braz (2009),

as matrizes teórico-metodológica são aquelas que irão embasar um conhecimento teórico-crítico do pensamento social a partir de uma leitura de realidade baseadas nas teorias marxistas; as político-organizativas serão as entidades e órgãos representativos como o Conselho Regional e Conselho Federal de Serviço Social (CFESS/CRESS), as entidades de ensino e pesquisa como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entre outras instâncias que deliberam de forma democrática assuntos que cercam a profissão; e o jurídico-político são as normas e leis que regulamentam a profissão, o código de ética, as leis dos direitos sociais como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). Portanto, são essas matrizes que irão dar subsídios para a compreensão da realidade e da profissão.

Nesse sentido, compreender o projeto ético-político e seus subsídios é importante para apreender como a profissão de Assistente Social opera na sociedade. A partir do exposto, torna-se necessário descrever o objeto de trabalho do/a Assistente Social, bem como suas manifestações na sociedade atual.

A questão social que antes era vista como uma questão moral e muitas vezes intelectual passa a ser vista como algo não natural, que surge na sociedade pela sua organização. Nesse sentido, a questão social começa a ser vista pela perspectiva crítica enquanto resultante do sistema capitalista, e que se manifesta a partir de expressões de desigualdade social e atos de resistência e rebeldia - objeto de intervenção do/a Assistente Social. De acordo com Cristina Fraga (2010, p.45) a questão social

está enraizado no conflito entre capital versus trabalho, suscitado entre a compra (detentores dos meios de produção) e venda da força de trabalho (trabalhadores), que geram manifestações e expressões. Estas manifestações e expressões, por sua vez, são subdivididas entre a geração de desigualdades: desemprego, exploração, analfabetismo, fome, pobreza, entre outras formas de exclusão e segregação social que constituem as demandas de trabalho dos assistentes sociais; também se expressa pelas diferentes formas de rebeldia e resistência: todas as maneiras encontradas pelos sujeitos para se opor e resistir às desigualdades, como, por exemplo, conselhos de direitos, sindicatos, políticas, associações, programas e projetos sociais.

Nesse sentido, a matéria de trabalho do/a Assistente Social são as múltiplas expressões da questão social. E essas expressões são mediadas por disparidades em relação ao gênero, étnico-raciais e formações regionais (IAMAMOTO, 2014).

Os(as) assistentes sociais têm nas múltiplas expressões da 'questão social', tais como vividas pelos indivíduos sociais, a 'matéria' sobre a qual incide o trabalho profissional. Ela é moldada tanto pelas políticas públicas quanto pelas lutas sociais cotidianas de diferentes segmentos subalternos que vêm à cena pública para expressar interesses e buscar respostas às suas necessidades. (IAMAMOTO, 2014, p.611).

Ao pensar a questão social sob a perspectiva crítica, que foi proporcionada em certa medida pelas conquistas que o movimento de Reconceituação deixou, abrem-se caminhos para diversas reflexões. Nesse sentido, os dados destacados na justificativa deste projeto são importantes por retratar as expressões da questão social, mostrando também atos de rebeldia e resistência, e como os mesmos são aprofundados sob a perspectiva de Gênero e de Raça. Com isso, o presente projeto buscará saber como os/as profissionais da área de Serviço Social estão utilizando a categoria Gênero e/ou Raça em seus estudos, e como os/as mesmos/as ligam-nas com a questão social e o Serviço Social.

3 – METODOLOGIA

Na atual seção será abordada a metodologia do estudo, bem como os procedimentos adotados. Inicialmente cabe destacar que metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade (MINAYO, 2002, p.16)”, ela inclui “as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade (Idem).”. Nesse sentido, a metodologia é o caminho que será trilhado pela pesquisa, indicando métodos e técnicas a serem utilizadas para a realização da mesma.

Nesse ponto, cabe destacar a perspectiva teórica-metodologia do presente estudo. O trabalho de conclusão de curso tem como base o método materialista, histórico e dialético, pela compreensão da importância das categorias centrais: historicidade, totalidade, contradição e mediação. É a partir das categorias que se pode compreender a realidade concreta e a ela transformar. A historicidade é necessária para que se possa compreender o presente e o passado no seu contexto (NETTO, 2009). A totalidade é marcada por uma concretividade “inclusiva e macroscópica” e não por partes “funcionalmente integradas”, ou seja, a totalidade é marcada pela complexidade (NETTO, 2009, p.27). A totalidade é dinâmica e por isso marcada por contradições entre as próprias totalidades que compõem a mesma. Sobre as contradições, Netto (2009, p. 27) destaca que

A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las.

Nesse sentido, as contradições dependem da estrutura de cada totalidade e cabe à pesquisa desvendar suas manifestações. Porém, segundo Netto (2009) essas contradições e totalidades não são diretas, elas passam por uma mediação, direta ou indireta, que irá articular

as totalidades. Ou seja, para compreender a realidade concreta, dos sujeitos, é preciso compreender a totalidade que envolve a historicidade, as contradições e as maneiras de mediação.

Após destacar a perspectiva teórico-metodológica, é importante abordar o “caminho” da pesquisa bibliográfica. Nos subcapítulos abaixo será descrito como foi realizada a coleta de material, os critérios de seleção e a temporalidade da pesquisa, bem como o procedimento de análise dos dados.

3.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: COLETA DE MATERIAL, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E TEMPORALIDADE

A pesquisa bibliográfica consiste na busca por produções bibliográficas a fim de quantificar e qualificar os dados encontrados, também conhecidos como “Estado da arte”. Ao mencionar o “Estado da arte”, Norma Ferreira (2002, p. 258), o define como de caráter bibliográfico que:

[...] parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica faz um levantamento e mapeamento sobre algum tema, área, momento específico de interesse do/a autor/a da pesquisa. O presente estudo busca compreender como as categorias Gênero e Raça estão articuladas ao Serviço Social, e para isso utilizou-se da pesquisa bibliográfica. A pesquisa deu-se no levantamento e na análise de artigos científicos publicados em revistas da área de Serviço Social, durante um determinado período, como será explicado a seguir.

Para realizar a análise, delimitou-se o espaço-tempo e o local de coleta de material. Ao realizar uma pesquisa superficial nas principais revistas da área, percebeu-se que o período em que as temáticas apresentaram maior presença foi a partir dos anos de 2015. Com isso, delimitou-se o período de intervalo de 5 anos (2015 a 2019) e também se definiu as revistas Serviço Social e Sociedade e a revista Katálisis como objetos de estudo. Além disso, é válido ressaltar que a pesquisa é quali-quantitativa, abordando tanto aspectos qualitativos como quantitativos, como se perceberá abaixo.

As revistas foram escolhidas conforme os critérios de disponibilidade *online* e pela sua estratificação no Qualis Capes, sistema que, a partir das áreas de conhecimento, qualifica as revistas. As revistas selecionadas foram as que apresentavam Qualis Capes A1 na área de Serviço Social: Serviço Social e Sociedade e Katalýsis.

Nesse sentido, torna-se necessário apresentar as revistas escolhidas para análise. A revista Serviço Social e Sociedade existe desde 1979, sendo uma das primeiras revistas da área que acompanhou todo o desenvolvimento, lutas e conquistas da profissão durante os últimos 40 anos. A revista apresentou papel importante na disseminação da mudança, da “virada”, da intenção de ruptura e do movimento de reconceituação (LEMOS, 2019, p. 528). As pesquisas que deram bases aos trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, tiveram espaço na revista (LEMOS, 2019, p.528). Nesse sentido, cabe destacar que “A revista se tornou um instrumento na crítica ao Serviço Social tradicional e disseminação do conhecimento produzido à luz da influência do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina.” (LEMOS, 2019, P.529).

Além disso, a revista Serviço Social e Sociedade é uma revista privada, publicada pela Editora Cortez e passa a ser disponibilizada *online* a partir do ano de 2010 pela plataforma SciELO. A revista não destaca volumes (s/v) e distribui os artigos pelos números, dos disponíveis *online*, tem-se 38 números (até dezembro de 2020) no total e cada um apresenta a variação de 8 à 12 artigos por número. As publicações dividem-se em sessões que irão variar de acordo com o número: Artigos, Entrevistas e Resenhas. O presente estudo limitou-se a analisar artigos da seção Artigos, que foram publicados durante o período de 2015 a 2019, totalizando 15 números.

A revista Katálysis foi criada em 1997 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social. A revista publica produções científicas relacionadas ao Serviço Social e às temáticas das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, e temáticas como política social, trabalho, questão social e saúde pública.

A revista apresenta um site específico dentro da plataforma da UFSC na qual disponibiliza todos os artigos desde 1997 e também está presente na plataforma SciELO. A revista tem no total 48 números (até dezembro de 2020), duas edições especiais e cada número tem uma variação de 6 à 18 artigos publicados divididos entre: Espaço temático, Artigo temático, relato de experiência, entrevista e resenha de livros. Para o presente estudo foram analisados os artigos temáticos e relatos de experiência publicados durante os anos de 2015 à 2019, totalizando 14 números.

Para realizar a pesquisa bibliográfica, também se tornou necessário delimitar indicadores. Para selecionar os artigos para a análise foram criados critérios de seleção. Um dos critérios centrais foi a presença das categorias “Gênero” e/ou “Raça” - e suas variações como racismo, étnico, racial, racializado, antirracismo-, no título dos artigos. Nesse sentido, é importante frisar que a escolha pela categoria “Gênero” e não suas demais variações como: movimento feminista, mulher, LGBTQI+, deu-se pela compreensão de que a categoria Gênero, por surgir na academia, é mais recorrente no meio acadêmico, e assim abarcando, via de regra, as demais categorias. E a escolha por incluir as variáveis da categoria Raça se deu pela herança biológica que se tem sobre a palavra raça que, muitas vezes, acaba não sendo utilizada por esse estigma criado¹¹.

Outro critério utilizado foi a presença de um/a ou mais autores/as com graduação em Serviço Social, sendo excluídos da análise aqueles/as que não apresentassem algum/a profissional da área de Serviço Social como autor/a. A escolha se deu pela compreensão de que os/as assistentes sociais são os profissionais que lidam diretamente com a questão social, com as expressões de desigualdade social, com as expressões de rebeldia e resistência e em seus artigos podem expressar o vínculo das categorias analisadas com o Serviço Social de maneira explícita. Além disso, buscou-se analisar artigos que retratam a realidade brasileira, sendo excluídos os artigos que traziam a realidade de outros países. Ademais, numa primeira leitura dos artigos buscou-se identificar os artigos que trabalhassem diretamente com o objetivo proposto pela pesquisa: analisar artigos que trouxessem elementos relacionados às categorias vinculadas ao Serviço Social e à questão social (e suas expressões).

Depois de selecionada a amostra - artigos com a temática -, foi realizada a leitura atenta dos artigos encontrados. Inicialmente foi realizado um levantamento numérico de total de artigos publicados nas seções analisadas durante os anos e a comparação em relação ao total de artigos encontrados com as temáticas, para que fosse possível compreender a relevância dos temas nas revistas. Em seguida foi realizada uma leitura sistemática dos artigos encontrados, definindo e mapeando sua temática, área, principais observações feitas pelos/as autores/as entre outras informações importantes percebidas durante o processo de pesquisa. Nesse sentido, é importante ressaltar que uma das principais técnicas na pesquisa bibliográfica é a leitura (LIMA; MIOTO, 2007, p.41).

Ademais, também foram elaborados quadros com as informações relevantes em relação aos autores/as, de acordo com sua área de formação - acadêmicos/as, profissionais da

¹¹ É importante ressaltar que, o presente estudo utiliza-se da categoria Raça no seu sentido sociológico e político e não biológico, conforme destacado no referencial teórico.

ponta, professores/as, mestrandos/as e ou doutorandos/as-, e curso de formação, bem como sua atuação na atualidade. Além disso, buscou-se identificar como as categorias chaves da pesquisa - Gênero e Raça - estão sendo trabalhadas e suas nomenclaturas, bem como de que forma as mesmas estão se relacionando com o objeto de trabalho do Serviço Social, a questão social.

3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para realizar a pesquisa bibliográfica, utilizou-se da análise de conteúdo (BARDIN, 2016) como método para compreender o que as/os autores/as estavam abordando em seus artigos. Segundo Laurence Bardin (2016, p.15) a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.”, oscilando entre a objetividade e a subjetividade. Ainda, Bardin (2016) destaca duas funções da análise de conteúdo: *função heurística* que consiste no enriquecimento da exploração e da descoberta, e a *função de administrar provas* no qual se há hipóteses sobre questões ou afirmações provisórias, que vão servir de diretrizes e, com o método, irão ser verificadas no sentido de confirmá-las ou não. Nesse sentido, o presente estudo utilizou-se desse recurso para analisar os artigos, a partir do conteúdo total do manuscrito, isto é, da análise de sua introdução, dos referenciais teóricos e das considerações finais ou conclusões dos artigos. Buscou-se nestes elementos informações acerca das categorias Gênero e/ou Raça, quais suas ligações com a questão social, seus embasamentos teóricos e demais observações pertinentes que pudessem surgir durante o processo de pesquisa.

Além disso, para melhor compreensão dos resultados, optou-se por utilizar códigos para referenciar os artigos analisados. Nos quadros que serão apresentados na próxima seção, serão colocado os nomes dos artigos analisados e seus códigos. A utilização dos códigos se tornou uma ferramenta necessária para uma explanação das informações e para uma análise mais dinâmica no momento da análise dos mesmos.

A partir disso, no próximo capítulo serão expostos os resultados, bem como a análise dos resultados.

4 – RESULTADOS

Neste capítulo serão abordados os resultados encontrados na pesquisa, de acordo com os objetivos deste trabalho. Inicialmente serão expostos os artigos encontrados de acordo com os critérios acima descritos, o perfil dos/as autores/as (sua formação e atuação), e após será realizada a análise dos conteúdos dos artigos. Por fim, a reflexão acerca dos resultados encontrados e do que foi explanado anteriormente.

4.1: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: ARTIGOS E AUTORAS/ES.

Ao realizar a pesquisa bibliográfica nas revistas Serviço Social e Sociedade e revista Katálysis durante os anos de 2015 à 2019, na busca por artigos que apresentassem as categorias “Gênero” e “Raça” (racial, racista, racismo, étnico-racial, negro/a, antirracismo) em seu título, encontrou-se dados relevantes. A revista Serviço Social e Sociedade publicou durante esses 5 anos, um total de 140 artigos (seção artigos) em 16 números. Na revista foram encontrados 13 artigos com as categorias Gênero e/ou Raça em seus títulos, ou seja, apenas 9,28% do total de artigos publicados contém as categorias. Destes, ao serem analisados a partir das/os autores/as, um artigo foi excluído por não ter autor/a da área de Serviço Social, e dois artigos que, ao serem analisados pelos seus conteúdos, não faziam uma análise direta com a realidade do Serviço Social e a questão social, e assim foram excluídos. Nesse sentido, o total analisado foi de 10 artigos da revista Serviço Social e Sociedade.

Já a revista Katálysis publicou 195 artigos (seção de artigos temáticos e relatos de experiência) em 14 números. Destes, 9 artigos apresentavam alguma das categorias "Gênero" e/ou “Raça” (racial, racista, racismo, étnico-racial, negro/a). Ou seja, os artigos que apresentavam as categorias são 4,61% do total de artigos, número ainda menor que a revista anterior. Destes 9 artigos, dois artigos foram escritos por autoras/es que não eram da área de Serviço Social, e por esse critério foram excluídos da análise. Além disso, foi encontrado um artigo que abordava a realidade chilena e não a brasileira, e por isso também foi excluído da análise. Com isso, foram analisados 6 artigos da revista Katálysis.¹²

Abaixo serão indicados quadros com os anos, títulos, autoras/es e código dos artigos analisados.

¹² Conforme abordado no referencial teórico, alguns e algumas teóricos/as utilizam-se de outras nomenclaturas como categorias ao se referirem ao Gênero como: mulheres, relações sociais de sexo, movimento feminista, feminismo etc. Com isso, para fins de conhecimento, tem-se que na revista Serviço Social e Sociedade foram publicados dois artigos com a categoria mulher e na revista Katálysis foram publicados cinco artigos com a categoria mulher. Porém, conforme já explicitado no decorrer do trabalho a categoria central para análise foi a categoria Gênero pela sua maior amplitude no meio acadêmico.

Quadro 1 - Total de artigos publicados referente a temática na revista Serviço Social e Sociedade durante o período de 2015 a 2019.

Ano	Artigos	Autores/as	Código ¹³
2015	1- Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social.	1- Tais Pereira de Freitas Helen Barbosa Raiz Engler	1 SS
2016	2- Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional.	2- Graziela Scheffer	2 SS
	3- Gênero e Serviço Social: uma análise a partir do paradigma indiciário	3- Ana Lole	3 SS
2018	4- Violência doméstica de gênero e mediação de conflitos: a reatualização do conservadorismo	4- Natália Regina Parizotto	4 SS
	5- A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira	5- Ellen Caroline Pereira e Simone Sobral Sampaio	5 SS
	6- Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista	6- Milena Fernandes Barroso	6 SS
	7 - Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo	7- Zelma Madeira e Daiane de Oliveira Gomes	7 SS
	8 - A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social	8- Marcia Eurico	8 SS
	9 - A manipulação das consciências em tempos de barbárie e a criminalização da juventude negra no Brasil	9- Jaqueline Garcez Buozi	9 SS
	10 - Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica	10- Jussara Francisca de Assis	10 SS

¹³ O código foi escolhido como ferramenta para melhor compreensão e análise dos dados, tornando a escrita e leitura do trabalho mais acessível.

	TOTAL	10 artigos	
--	-------	------------	--

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados da pesquisa, 2021.

A partir do quadro acima percebe-se que somente nos anos de 2015, 2016 e 2018 houve publicações com relação às categorias de análise do presente estudo. Em 2018, o número 132 intitulado como “*Diversidade Sexual e de Gênero*” aborda temáticas relacionadas ao feminismo¹⁴ e gênero em todo seu número. Além disso, o próximo número da revista, 133, intitulado como “*Questão étnico-racial e Serviço Social*”, abordou a questão racial. Conforme o editorial da revista número 133 sobre “*Questão étnico-racial: desigualdades, lutas e resistência*”,

Esta edição especial da Revista Serviço Social & Sociedade traz para o debate o ‘Racismo e suas expressões socioinstitucionais: traços estruturantes da sociedade brasileira’, que junto com a edição anterior da Revista sobre o tema da ‘Diversidade sexual e de gênero’, compõem um denso circuito de diálogos e reflexões que se articulam ao XI Seminário Anual de Serviço Social promovido pela Cortez Editora, no último mês de maio de 2018, sobre a instigante questão: ‘*Questão social, sexismo, racismo e lgbtphobia: Que país é esse?*’. (KOGA; SANT’ANA; MARTINELLI, 2018, p. 399, grifo das autoras).

Nesse sentido, os artigos encontrados na revista Serviço Social e Sociedade são publicados em editais específicos da temática. Esse fato demonstra que, muito embora as categorias apareçam em um ou dois artigos de 2015 e 2016, precisou-se abrir um espaço dedicado a essas temáticas. Com isso, abre-se a reflexão acerca da importância da temática para que a mesma receba uma edição especial, mas também se questiona sobre o porquê de esses artigos apenas serem publicados nesse espaço especial, e não nos demais, refletindo sobre as diversas temáticas abordadas na revista.

Outro fato a se observar é a prevalência quase absoluta de nomes femininos como autoras dos artigos, destacando a participação das mulheres nas pesquisas sobre Gênero e Raça. É válido destacar que, além dos artigos aqui analisados, foram encontrados mais três com as categorias Gênero, Raciais e Etnias¹⁵, como mencionado anteriormente, que, por não

¹⁴ Apesar dos diversos artigos encontrados com a temática do feminismo e sabendo da relevância do mesmo para o surgimento da categoria Gênero, o presente estudo centrou-se na categoria gênero pela sua abrangência e sua utilidade na academia, como já mencionado anteriormente.

¹⁵ Os artigos encontrados foram: “Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social” da autora Andrea Moraes Alves (2018) que foi excluído da análise pois a autora é Antropóloga, não tendo formação em Serviço Social; o artigo “Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora” do autor Leonardo Ortega (2018) que abarca elementos teóricos, refletindo teorias e conceitos e não traz elementos suficiente para análise no que tange ao Serviço Social ; e “Etnias amazônicas: confrontos culturais e intercorrências no campo jurídico” da autora Joaquina Barata (2018) que, apesar de trazer elementos essenciais para o debate sobre a Amazônia, não abarcou o Serviço Social, a questão social e suas expressões, fazendo uma análise jurídica dos acontecimentos da região.

passarem pelos critérios de análise como a presença de autores/as da área do Serviço Social e que apresentasse vínculo com o Serviço Social, foram excluídos da análise.

Ainda em relação às publicações da Revista Serviço Social e Sociedade, dos 10 artigos encontrados: 8 artigos apresentavam a questão de Raça (racial; negro/a; racista; racismo; étnico-racial) e 2 de gênero, enquanto 1 artigo apresentava as duas categorias (racista e patriarcal). É válido ressaltar que, conforme será visto mais adiante, a categoria “patriarcal” aparece como central em vários artigos que foram selecionados para análise, por tratarem da categoria Raça, e nesse sentido será considerada dentro do âmbito da questão de gênero quando presentes no debate da questão racial.

Em relação à revista Katálysis, segue o quadro com os anos, artigos, autores/as e o código.

Quadro 2- Total de artigos publicados referente a temática na revista Katálysis durante o período de 2015 a 2019.

Ano	Artigos	Autores/as	Código
2016	1- As repercussões da violência de gênero nas trajetórias educacionais de mulheres	1 - Ana Carolina Cerveira Tavares e Inez Sampaio Nery	1 K
2018	2 - Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres	2- Mirla Cisne, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de Oliveira e Viviane Vaz Castro	2 K
	3- O fenômeno da terceirização e a divisão sociossexual e racial do trabalho	3- Rachel Gouveia Passos e Cláudia Mazzei Nogueira	3 K
	4- Quando a questão racial é o nó da questão social	4 - Renata Gonçalves	4 K
	5- Luta antirracista, unidade e transformação: um ensaio teórico	5- Diogo Joaquim dos Santos	5 K
	6- Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva	6- Silvana Marinho	6 K
	TOTAL	6 artigos	

É válido ressaltar que os artigos apresentam um conteúdo relevante acerca das categorias, porém por não envolverem o Serviço Social e a questão social diretamente, foram utilizados apenas como aporte teórico no decorrer do trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados da pesquisa, 2021.

Como perceptível no quadro da revista *Katálýsis*, somente os anos de 2016 e 2018 apresentaram artigos com as categorias em análise. A revista *Katálýsis* também apresentou a predominância de artigos no ano de 2018, com editorial envolvendo as temáticas de “*Serviço Social: Gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade*” no seu volume 21, número 3. Porém, apenas um artigo com a temática foi encontrado fora deste editorial específico dos temas aqui pesquisados e três artigos¹⁶ que foram desconsiderados para a análise, como mencionado anteriormente, por não apresentarem autoras/es da área do Serviço Social e não abordarem a realidade brasileira. Nesta revista destaca-se a presença de um autor com nome masculino em um artigo, embora a maioria, tal como na revista *Serviço Social e Sociedade*, também constituírem-se de autoras. Dos 6 artigos encontrados, dois trabalham apenas com a questão da Raça e dois com a questão de Gênero, e os outros dois trabalham a questão de raça e de gênero (sociosexual e racial).

Para compreender e conhecer os/as autores/as dos artigos realizou-se um levantamento de dados sobre os mesmos, com o intuito de conhecer quem está por trás dos artigos analisados e qual a sua ligação com as temáticas. Para isso utilizou-se da plataforma Lattes e das informações disponíveis nos próprios artigos para construir o quadro abaixo. Os dados analisados foram em relação aos anos, áreas e faculdades de graduação, mestrado, doutorado e especialização que as/os autoras/es realizaram e também buscou-se o que essas/es autoras/es estão realizando na atualidade e os temas e áreas afins dos mesmos.

Quadro 3 - Perfil das/os autoras/es de acordo com sua área de formação, atuação e temáticas afins.

Nome	Formação (informação Lattes)	Código do artigo
REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE		
Tais Pereira de Freitas	Graduação (2020), Mestrado (2009) e Doutorado (2015) em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente: Professora Adjunta da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, no Departamento de Serviço Social. Grupos: Grupo PICO - Pesquisa Interdisciplinar sobre Combate às Opressões; e	1 SS

¹⁶ A saber: “Contribuições gramscianas sobre raça, identidade cultural e velhice na perspectiva de Stuart Hall” das autoras Elaine Lima da Silva e Juceli Aparecida da Silva (2017) que não são da área de Serviço Social; “Gênero y relaciones capitalistas de producción: una reflexión desde la perspectiva marxista” de Arelys Esquenazi Borrego (2018); e “Desigualdade generacionales, de género y etnia entre trabajadores sociales chilenos” de Felipe Saravia e Juan Saavadrea (2018), que são artigos que não abordam a realidade brasileira.

	Grupo Mentalidades e Trabalho, do Local ao Global; Temas: Gênero, raça, identidade, opressões.	
Helen Barbosa Raiz Engler	Graduação (1990), Mestrado (1995) e Doutorado (2001) em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, e Pós-Doutorado (2013) pela Universidade de Aveiro/Portugal. Atualmente: Professora Adjunto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Franca/SP. Atua na Graduação e no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (mestrado e doutorado). Grupos: Núcleo de Pesquisa "Mentalidades e Trabalho: do local ao global". Temas: Ética, Epistemologia, Axiologia, Pesquisa, Trabalho, Identidade, História Oral	1 SS
Graziela Scheffer	Graduação em Serviço Social (2002) pela Pontifícia Universidade Católica do RS, Especialização em Saúde Mental Coletiva e Integrada (2005), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007) e doutorado (2015) no Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente: Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Temas: História do Serviço Social, questão social, formação social brasileira, Serviço Social no processo de trabalho em saúde mental e Reforma Psiquiátrica.	2 SS
Ana Lole	Graduação (2003) em Serviço Social e Mestrado (2006) em Política Social, Doutorado (2014) e Pós-Doutorado (2019) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente: Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Temas: Fundamentos do Serviço Social, Trabalho Feminino, Gênero, Educação Popular e Teoria Política Gramsciana.	3 SS
Natália Regina Parizotto	Graduação (2013) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestrado (2016) em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente: Assistente Social no Centro de Referência Especializado da Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto/ SP. Temas: Serviço Social, violência doméstica familiar, violência de gênero, justiça e lei maria da penha.	4 SS
Ellen C. Pereira	Graduação (2013) em Serviço Social pela Universidade Regional de Blumenau, Mestrado (2017) em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialização (2017) em Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutorado (em andamento) em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente: Assistente Social no Poder Judiciário de Santa Catarina, Comarca de Joaçaba e doutoranda. Temas: Formação social brasileira, universidade, Saúde e SUS, raça/etnia e classe.	5 SS
Simone S. Sampaio	Graduação (1990) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestrado (1998) em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (1998), Doutorado (2003) em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós-Doutorado (2011 e 2017) na Université Paris XII e Université Paris X. Atualmente: Professora Associada da Universidade Federal de Santa Catarina. Temas: analítica foucaultiana, poder e resistência, ética e política.	5 SS
Milena	Graduação (2002) em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará,	6 SS

Fernandes Barroso	Mestrado (2011) em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas - Ufam e Doutorado (2018) em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente: Professora do curso de Serviço Social da Ufam no Instituto de Ciências Sociais e Zootecnia-ICSEZ, desde 2009 e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Amazônia (PPGSS/Ufam). Temas: violência contra mulheres, feminismo, direitos sociais e questão indígena.	
Zelma Madeira	Graduação (1991) em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí, Mestrado (1998) em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Ceará e Doutorado (2009) em Sociologia pela UFC com linha de Pesquisa Pensamento social, imaginário e religião. Atualmente: Coordenadora Estadual de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade racial do Ceará, assessora Especial de Acolhimento aos movimentos sociais do Ceará e professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. Temas: Família, Gênero, relações etno-raciais, Política sociais, gestão de políticas públicas, Política de Igualdade Racial, Política de Assistência Social, cultura e religião de matriz africana.	7 SS
Daiane Daine de Oliveira Gomes	Graduação (2012) em Serviço Social e Mestrado (2016) em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Atualmente: trabalha no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Temas: Relações Étnico-raciais, Relações de gênero e políticas sociais.	7 SS
Márcia C. Eurico	Graduação (2005) em Serviço Social pela Universidade Cruzeiro do Sul, Mestrado (2011) e doutorado (2018) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente: Professora Adjunta Curso Serviço Social - UNIFESP Baixada Santista. Temas: raça/etnia; adoção inter-racial; gênero; diversidade sexual, saúde da população negra; racismo institucional; trabalho profissional, ética e direitos humanos, previdência social.	8 SS
Jaqueline Garcez Buoz	Não foi encontrado o Currículo lattes da autora. O artigo traz que ela é “Defensoria Pública de São Paulo. São Paulo-SP, Brasil”.	9 SS
Jussara Francisca de Assis	Graduação (2008) e Mestrado (2010) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Doutora (2019) em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialização (2011) em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente: Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - UFF Niterói. Temas: Serviço Social e Formação Profissional, Ética e Serviço Social, Serviço Social e Relações Étnico-Raciais, Políticas de Saúde, Saúde da População Negra, Identidades Culturais, Relações Sociais a partir das categorias Mulheres, Raça e Classe, Violência Obstétrica e Mulheres Negras, Políticas Públicas e Forças Militares, Políticas Públicas e envelhecimento.	10 SS
REVISTA KATÁLYSIS		
Ana Carolina Cerveira Tavares	Graduação (2008) pela Universidade Federal do Maranhão, Especialização (2012) em Docência no Ensino Superior pelo IESM, Mestrado (2014) em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. Doutorado (em andamento) em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente: Assistente social do Instituto Federal do Maranhão. Temas: educação e assistência social, com ênfase nas relações de gênero e raça/etnia.	1 K

Inez Sampaio Nery	Graduação (1971) em Enfermagem pela Universidade Federal do Maranhão, Mestrado (1980) e Doutorado (2000) em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ/Escola de Enfermagem Ana Nery/EEAN. Atualmente: Coordenadora do Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica/CEEQ/UFMG/UFPI (2014/18) e do CEEQ/UFPI/MS(2017/19). Temas: Enfermagem, com ênfase em Saúde da Mulher, Saúde Reprodutiva e Enfermagem Obstétrica, atuando principalmente nos seguintes temas: Saúde da Mulher e as Políticas Públicas, Gênero e Violência, Mortalidade Materna, Aborto, Câncer de mama e Cérvico-uterino, Assistência à Mulher no Ciclo Gravídico Puerperal, Enfermagem Ginecológica e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.	1 K
Mirla Cisne	Graduação (2002) em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, Mestrado (2004) em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco, Doutorado (2013) em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Doutorado (2013) em Sociologia em Universidade de Paris 7. Atualmente: Professora Adjunta IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Temas: feminismo, movimentos sociais, serviço social, relações sociais de sexo, raça e classe.	2 K
Giulia Maria Janelle Cavalcante de Oliveira	Graduação (2014) em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mestre (2020) em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Atualmente: Advogada popular. Temas: democracia, movimentos sociais e América Latina, direitos humanos, novo constitucionalismo latino-americano	2 K
Viviane Castro	Graduação (2017) em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre (2019) em Serviço Social e Direitos Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente: Professora substituta na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Temas: Não descritos.	2 K
Rachel Passos	Graduação (2007) em Serviço Social e Mestrado (2011) em Políticas Sociais pela Universidade Federal Fluminense, Especialização (2009) em Saúde Mental e atenção Psicossocial pela Escola Nacional de Saúde Pública e Doutorado (2016) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente: Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Temas: Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial; Luta Antimanicomial e Feminismos; Saúde Mental e as Relações de Gênero, Raça e Classe; Mulheres Negras, Racismo, e Sofrimento; Teorias do cuidado e a divisão social, sexual e racial do trabalho; O trabalho do assistente social na política de saúde mental.	3 K
Cláudia Nogueira	Graduação (2000), Mestrado (2002), Doutorado (2005) e Pós-Doutorado (2011) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente: Professora Associada do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP - BS. Temas: O mundo do trabalho, a força de trabalho feminina, divisão sexual do trabalho nos espaços da produção e reprodução e saúde do trabalhador.	3 K
Renata Gonçalves	Graduação (1992) em Serviço Social pela Institut Cardijn, Bélgica, Mestrado (1999) em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutorado (2005) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente: Docente da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada	4 K

	Santista. Temas: as classes sociais em sua imbricação com as relações de gênero e raça; feminismo negro; racismo no Brasil e movimentos sociais.	
Diego Joaquim dos Santos	Não foi encontrado Currículo Lattes. No artigo tem: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, São Paulo, SP, Brasil	5 K
Silvana Marinho	Graduação (2009) em Serviço Social pela Escola de Serviço Social UFRJ, Mestrado (2017) pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Doutorado (em andamento) em Serviço Social pela Escola de Serviço Social UFRJ. Especialização (2011) em Gênero e Sexualidade pelo Instituto de Medicina Social, e Especialização (2016) em Políticas Públicas e Cultura de Direitos na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente: Professora Substituta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e doutoranda. Temas: Serviço Social, trabalho e questão social, políticas públicas e cidadania, violência e direitos humanos, relações de gênero, patriarcado e feminismos, diversidade sexual e de gênero, juventude e direitos sexuais.	6 K

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados da pesquisa, 2021.

Ao analisar o quadro acima percebe-se que apenas duas autoras não possuem graduação em Serviço Social, sendo da área da Enfermagem e do Direito. A maioria das/os autoras/es possuem mestrado e doutorado na área de Serviço Social ou Políticas Sociais, bem como atuam como professoras/es adjuntas/os, professoras/es substitutas/os, e Assistentes Sociais em diversas políticas públicas. A maioria das autoras são professoras de faculdades públicas, sendo que os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte encontram-se a maioria dessas autoras. As autoras que atuam enquanto assistentes sociais encontram-se nos estados de São Paulo, Santa Catarina e no Maranhão. Percebe-se também que as/os autoras/es destacam com coerência os temas e áreas afins em seus Currículos Lattes (aqui abordado como temas) com os artigos que escrevem e que aqui foram analisados.

Além disso, é válido ressaltar que algumas autoras estão em processo de doutoramento na área e se torna essencial conhecer o seu trabalho. A autora Ellen Caroline Pereira pesquisa “*Interfaces da questão social: raça/etnia, gênero-patriarcado e classe social no fazer histórico*” orientado pela Professora Elaine Rossetti Behring. A autora Ana Carolina Cerveira Tavares também está em processo de doutoramento, porém não foram encontradas informações sobre sua temática. A autora Silvana Marinho também realiza doutorado e está pesquisando a “*A violência transfóbica no estatuto teórico da violência de gênero: um estudo sobre precariedade de mulheres trans e transfeminício.*” orientado pela Lilia Guimarães Pougy. Com isso, os artigos das autoras aqui analisados têm relação direta com os temas que as mesmas estão pesquisando atualmente no doutorado. Nesse sentido, conhecer as/os autoras/es desses artigos torna-se relevante para compreender qual a trajetória acadêmica e

profissional e do lugar onde essas/es autoras/es estão falando, pesquisando e produzindo conhecimento.

4.2 - ANÁLISE DOS ARTIGOS.

Nesta seção será abordada a análise dos artigos encontrados em relação às informações pertinentes ao estudo. Na revista *Serviço Social e Sociedade* os temas de educação, violência doméstica, juventude negra, classe trabalhadora, trabalho e história do/a assistente social, apareceram. A revista *Katálisis* apresentou temas como violência, aborto, tercerização e diversidade de gênero. Para compreender melhor cada elemento e as categorias aqui analisadas, buscou-se analisar os artigos que apresentavam algum tipo de familiaridade (seja as expressões da questão social, ou estudos teóricos que envolvessem a mesma discussão).

Na revista *Serviço Social e Sociedade* (SS) encontrou-se o artigo 1 SS (*Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social*)¹⁷ e na revista *Katálisis* (K) encontrou-se o artigo 1K (*As repercussões da violência de gênero nas trajetórias educacionais de mulheres*) que abordam a temática da educação sobre duas perspectivas relevantes para o estudo. Os dois artigos destacam a educação enquanto um direito de todos/as, que está garantido pela Constituição Federal de 88, e é considerada uma expressão da questão social, pois a desigualdade social se expressa também na educação por diversas maneiras: no acesso ou falta de escolas; no ensino precário; nas condições estruturais (salas de aulas, mesas, cadeiras, profissionais). Os artigos trabalham a temática da educação vinculada à desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho e papel do/a assistente social nesse campo de intervenção¹⁸, bem como a repercussão que a violência doméstica causa na trajetória educacional das mulheres.

No artigo 1 SS as autoras Freitas e Engler (2015)¹⁹ irão descrever como a desigualdade racial se dá nos espaços escolares. As autoras dão destaque para os altos índices de analfabetismo da população negra, bem como a maneira que a escola transmite o

¹⁷ Optou-se por trazer, quando fosse citado pela primeira vez na análise de dados, o nome do artigo com seu código para facilitar a leitura.

¹⁸ É válido ressaltar a luta dos/as assistentes sociais e psicólogos/as para a criação de uma Lei que determine a presença destes profissionais no âmbito escolar. No ano de 2019, a Lei 13.935 foi promulgada decretando que as redes públicas de educação básica contarão com profissionais de Serviço Social e Psicologia para “atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.” (Brasil, 2019), concretizando um grande avanço para a profissão e para a sociedade.

¹⁹ Nesta seção optou-se por não mencionar o primeiro nome das autoras, conforme foi feito no referencial teórico, por este nome já ser contemplado nas tabelas e não ficar repetitivo.

conhecimento sobre a história brasileira, a dita história “oficial”, e como isso impacta na construção dos altos índices de desigualdade (FREITAS; ENGLER, 2015, p.38), de maneira a reproduzir os estereótipos criados na sociedade racista. Ao destacar o caráter contraditório da educação, as autoras apontam que ao mesmo tempo que a escola transmite esses saberes ela também é espaço de transformação. Porém, Freitas e Engler (2015, p.42) destacam que apenas a educação não consegue transformar a realidade social, mas com um trabalho conjunto com outras áreas de conhecimento, como o Serviço Social, pode-se realizar uma mudança efetiva. Segundo as autoras

É nesse processo de mobilização, reflexão e politização que o Serviço Social constrói as estratégias para o enfrentamento da questão racial (expressão da questão social, objeto de trabalho da profissão) no ambiente escolar, que se configura enquanto espaço reprodutor da desigualdade, mas também lócus privilegiado para a negação dessa realidade e construção do novo. (FREITAS; ENGLER, 2015, p. 43).

Nesse sentido, Freitas e Engler (2015) percebem a questão racial como expressão da questão social. Ao refletirem o papel do/a assistente social na esfera educacional, as autoras destacam o cumprimento dos princípios do Código de Ética do/a Assistente Social, na qual se defende a nova ordem societária, sem a exploração/opressão de classe, gênero e etnia. A defesa da nova ordem societária por parte dos/as assistentes sociais vai se dar na esfera educacional

[...] ao inserir-se nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que demarcam os diversos níveis e modalidades de ensino, no âmbito da política de educação, deve voltar-se para a garantia da qualidade que vai além de estratégias para permanência na escola, diminuição de índices de repetência, mesmo de alfabetização formal. A qualidade da educação defendida pelo Serviço Social está intrinsecamente relacionada com a construção de outra ordem societária e, portanto, não pode prescindir do compromisso profissional do assistente social com a emancipação, enquanto demanda política inerente a liberdade, valor ético central, conforme preconiza o Código de Ética Profissional. (FREITAS; ENGLER, 2015, p.44).

Com isso, as autoras Freitas e Engler (2015) refletem como a questão racial, expressão da questão social, dá-se nos espaços educacionais e o papel do/a assistente social frente á essa realidade. É válido ressaltar que as autoras enxergam a questão racial como um campo de intervenção do/a assistente social, pois ele é fruto da questão social (objeto de trabalho do/a profissional), visto que o processo de escravidão serviu e foi fundamental para a consolidação do sistema capitalista. Com isso, as desigualdades existentes dentro do sistema capitalista são construídas e reconstruídas a partir desse passado (FREITAS; ENGLER, 2015, p. 36).

Já no artigo 1 K, as autoras Tavares e Nery (2016) irão realizar uma pesquisa empírica com mulheres estudantes do PROEJA para compreender a trajetória educacional e de vida das

mulheres entrevistadas. Diferentemente do artigo 1 SS, o artigo 1 K aborda como a violência de gênero, o patriarcado e o sexismo impactam na trajetória educacional das mulheres que sofreram violência de gênero. Dentro da realidade abordada por Tavares e Nery (2016), a trajetória das mulheres foi marcada pela pobreza, pelo casamento, pela maternidade, pelas responsabilidades domésticas e pela violência conjugal (TAVARES; NERY, 2016, p. 242), trajetória esta que não está longe da realidade de muitas mulheres e de toda cultura patriarcal que determina a esfera privada (lar) para a mulher.

As entrevistadas relatam alguns motivos que levaram às mesmas a deixar de estudar: a necessidade de trabalhar e ajudar em casa; escolas distantes; e o casamento. Nesse sentido, a trajetória da violência de gênero (desde a privação do acesso à escola, as violências psicológicas e físicas, e as ameaças financeiras) foram fatores que afastaram as mulheres de estudar na sua idade “regular”. Tavares e Nery (2016) apontam que o processo de voltar a estudar por parte dessas mulheres é uma forma de enfrentamento a essa violência, sendo que muitas deixaram seus maridos, e outras continuam casadas e se posicionaram frente à privação.

Ao mencionar Gênero e Raça no texto, Tavares e Nery (2016) mencionam que não seria apenas a violência conjugal que impossibilitou e privou as mulheres de estudar. Segundo as autoras

Pelo caminho da exploração da bibliografia e da própria experiência das mulheres, descobriu-se que não foi somente a violência conjugal que determinou a descontinuidade dos estudos, mas o cruzamento do gênero com a raça/etnia e a classe social. A imbricação destes três elementos levou as mulheres a obedecerem ao modelo hegemônico reprodutor de subalternidade, violento, desigual, opressor e explorador, cimentado pela ideologia em seus diversos modos de operacionalização. As condições materiais de existência durante a infância e adolescência na zona rural, conjugados à ausência de políticas públicas, destinaram a posição destas mulheres na esfera socioeconômica, culminando com a interrupção dos seus estudos, uma vez que tinham que trabalhar para contribuir com a renda familiar. A condição de raça/etnia, geradora do racismo, ficou silenciada nas falas das mulheres, já que não associaram a situação de retardo nos estudos à sua cor, porém, entende-se que também é um elemento de desigualdade. Um indicador disto é que grande parte das mulheres da pesquisa, (80%), é negra (preta e parda), reflexo do enorme percentual de negros/as na cidade de Codó/MA. (TAVARES; NERY, 2016, p. 248).

Nesse sentido, é válido ressaltar que, apesar de a raça não ser um elemento central de análise das autoras, elas reconhecem a centralidade da categoria como determinante da realidade social. E ainda destacam como as mulheres não viam ou não sentiam que sua raça/etnia ou cor da pele fosse um elemento que interferisse ou motivasse-as a deixar de estudar ou adiar esse processo de ensino, refletindo o que muitas vezes acontece, o não reconhecimento. Com isso, Tavares e Nery (2016) mostram em seu artigo que as mulheres

deixaram de acessar seu direito à educação por várias expressões da questão social, já destacadas anteriormente, e como as relações de gênero e de raça interferem diretamente nesse acesso e garantia de um direito social tão relevante.

Os dois artigos abordam um direito fundamental de todos/as: a educação. O artigo 1 SS aponta como a desigualdade racial impacta na efetivação do direito social básico que é o acesso e a permanência nas escolas. O artigo 1 K mostra como a violência de gênero, expressão da questão social também, intervém no acesso à educação. Ambos os textos não articulam as duas categorias de Raça e Gênero, porém contribuem e, ao serem analisados juntos, fornecem elementos que fazem compreender a realidade social e o papel do/a assistente social frente às expressões da questão social onde, ao analisar a educação, percebe-se que o gênero e a raça influenciam diretamente no acesso ou não desta política pública. Compreender a educação a partir do gênero e da raça nos permite compreender que homens e mulheres, negros e negras tem acessos diferentes a esse direito social tão fundamental que é a educação.

A revista SS abordou mais um artigo vinculando gênero e violência: “*Violência doméstica de gênero e mediação de conflitos: a reatualização do conservadorismo*” (4 SS). Nesse artigo Parizotto (2018) realiza uma pesquisa empírica com cinco mulheres em processos de violência doméstica de gênero na busca de pensão alimentícia. A autora destaca que as mulheres entrevistadas, muitas vezes, dão maior importância para a fixação da pensão alimentícia do que a condenação do ex-companheiro, e isso acontece pois,

A dificuldade de conseguir um emprego tendo três filhos (duas meninas ainda pequenas) era o maior impeditivo para que ela conseguisse sustentar um lar sem o ex-companheiro que a agredia, fazendo da pensão alimentícia um elemento determinante em sua nova vida. (PARIZOTTO, 2018, p. 290).

Nesse sentido, a autora mostra os diversos elementos que estão por trás da violência doméstica de gênero. As entrevistadas relatam o que muitas mulheres vítimas desse tipo de violência passam, pois muitas delas dependem do companheiro para alimentação e para prover condições básicas de sobrevivência para os filhos, de modo que, pensando neles, muitas vezes as mulheres permanecem nesses relacionamentos, sendo essa uma das faces perversas que a sociedade patriarcal impõe à mulher.

Além disso, a autora trata sobre a Lei Maria da Penha e do Juizado híbrido (perspectiva defendida por ela). Segundo Parizotto (2018), os juizados híbridos na Lei Maria da Penha trabalham sobre a perspectiva de analisar o caso da mulher vítima em apenas um processo, evitando fazer a mulher se expor ao juiz diversas vezes. Sobre Juizados híbridos,

[...] defensores dos JVDs híbridos — tendência à qual nos filiamos —, discutir o enfrentamento à violência doméstica de gênero a partir de suas particularidades significa pensar os aspectos cíveis imbricados nos aspectos criminais. É preciso reconhecer uma desigualdade instalada nas relações de gênero entre homens e mulheres, o que, portanto, não coaduna com a igualdade geralmente presumida entre as partes em uma audiência cível. (PARIZOTTO, 2018, p. 290).

Parizotto (2018) destaca que, ao invés de utilizar-se do juizado híbrido, utiliza-se como medidas jurídicas a “conciliação ou mediação de conflito” entre as partes. A conciliação e a mediação de conflitos é vista por Parizotto (2018) como uma maneira de reforçar a desigualdade de gênero, pois nessa medida se presume que haja uma igualdade entre as partes do processo, enquanto que numa sociedade patriarcal sabe-se que as relações de poder e igualdade não se configuram desta maneira, tendo o homem um local de privilégio e poder. Nesse sentido, a negociação se torna mais fácil para o homem, tornando-se desigual.

Nesse ponto, o artigo apresenta uma reflexão importante acerca do judiciário e de como algumas medidas tomadas podem ter esse caráter conservador. A autora Parizotto (2018) chama atenção para a necessidade de que se olhe para as particularidades dos sujeitos envolvidos, e de que se perceba as relações de poder que envolvem as partes. Com isso, é importante refletir sobre como a violência doméstica de gênero é uma expressão da questão social e o/a assistente social deve estar atento a essa manifestação, com um olhar propositivo e interventivo.

Ao abordarem sobre o Serviço Social, os artigos da revista SS: “*Serviço Social e Dana Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional*” (2 SS) e “*Gênero e Serviço Social: uma análise a partir do paradigma indiciário*” (3 SS) tratam de dois aspectos fundamentais sobre como as categorias aqui analisadas estão presentes na área. Apesar dos artigos analisarem objetos diferentes, eles trazem elementos relacionados ao surgimento da profissão/área de conhecimento e como a mesma está atualmente.

A autora Scheffer (2016) irá abordar no artigo 2 SS os elementos históricos da profissão e a importância da pioneira Dona Ivone Lara. Scheffer (2016, p. 477) mostra como o contexto social no qual emergiu a profissão de assistente social está relacionado com o Estado e a Igreja Católica e sua relação conflituosa, bem como menciona a importância das lutas das mulheres pelos seus direitos à educação e à saúde. A autora alerta para o fato de que, a luta das mulheres por educação e saúde abriu caminhos para o mercado de trabalho nessas áreas. Nas palavras da autora

Tornou-se socialmente ‘tolerável’ a mulher se dedicar profissionalmente a três campos: educação — professora, saúde — enfermeira e serviços sociais —

assistente social, sendo que essas fronteiras profissionais muitas vezes apresentavam-se intimamente interligadas ou até mesmo diluídas. (SCHEFFER, 2016, p. 477-8).

Nesse sentido, cria-se a ideia de que as mulheres estariam destinadas ao trabalho do cuidado e da caridade, criando-se assim o campo da assistência social, fortemente vinculado à Igreja Católica em seus primórdios. Assim, o Serviço Social se configura como uma das primeiras profissões femininas, que se constituiu inicialmente por mulheres de classe média. Scheffer (2016) destaca que, ao questionar atualmente as pioneiras se elas compreendiam e percebiam as questões de gênero e feminismo que envolvia a profissão naquela época e nos dias atuais, elas não reconheciam essa relação. Nesse sentido, abre-se para a problematização que está por detrás da feminilização da profissão e romantização do cuidado, que é importante para compreender o que a profissão busca atualmente.

Com isso, Dona Ivone Lara representa um marco de resistência²⁰, pois ela contraria diversos aspectos postos naquela época. Ivone era uma mulher negra e pobre, que estava entre “dois mundos: de um lado a realidade da classe média vivenciada na escola e na universidade; de outro, o da família pobre de tradição cultural negra (SCHEFFER, 2016, p.488)”. Nesse sentido, reflete-se sobre o papel e a importância desse lugar de resistência que a pioneira exerceu durante os anos.

Já no artigo 3 SS, a autora Lole (2016) irá analisar a categoria Gênero no Serviço Social, a partir de pistas e índices. A autora irá analisar artigos, documentos, programas de disciplina e ementas da faculdade de Serviço Social, buscando a presença de Gênero para compreender como esta categoria se relaciona com a área de Serviço Social. A pesquisa é realizada em quatro universidades do Rio de Janeiro, para analisar os currículos plenos e as grades curriculares de 1996 (ano em que a Abepss formulou novas diretrizes curriculares) e em 2013, analisando os programas que apresentassem a temática de Gênero a partir de 2009 (LOLE, 2016, p. 559).

Na sua pesquisa, a categoria Gênero foi encontrada quando se relaciona com a questão social, com a família, políticas sociais e na feminização da família. Em relação aos programas das disciplinas que abordam a categoria Gênero: na PUC-RJ foi encontrado um programa, na

²⁰ Em novembro de 2019, o CFESS publicou um “CFESS Manifesta” sobre o Dia Nacional da Consciência Negra, e destacou a Dona Ivone Lara como um marco de resistência no Serviço Social e no Brasil. “Dona Ivone Lara foi uma das primeiras assistentes sociais negras em nosso país e, também, uma reconhecida sambista que, por meio da música sorriso negro, nos diz que “negro é a raiz da liberdade”. O reconhecimento da liberdade como um valor ético central é princípio fundamental do projeto societário defendido pelo Serviço Social. Chamamos para a reflexão de que o primeiro passo para liberdade do nosso povo brasileiro é conhecermos nossas raízes.” (2019). Para mais informações: CFESS. CFESS Manifesta: Dia da Consciência Negra. Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

UERJ foram 20 programas, na UFF foram 22 programas e na UFRJ foram encontrados 6 programas (LOLE, 2016, P. 559). Algumas disciplinas encontradas por Lole (2016) que abordam a temática de gênero foram “Seminário de Conteúdo Variável; Relações Sociais de Gênero e Etnia; Relações de Gênero e Questão Social; Questão de Gênero no Brasil”. Sobre as disciplinas Lole destaca que

A ESS/UFF aponta no título da disciplina uma leitura do gênero na articulação com a ‘questão social’. Como vimos, esse é considerado o objeto de intervenção do Serviço Social a partir das discussões das Diretrizes Curriculares da Abepss. Já a ESS/UFRJ propõe uma descrição mais aberta do debate, contextualizando o gênero no Brasil. A FSS/UERJ indica em sua disciplina a articulação entre gênero e o debate das relações étnicas, o que se torna bastante complexo de se executar, tendo em vista a particularidade dos estudos nessas duas áreas, ainda que apresentem intersecções. Além disso, utiliza uma nomenclatura — ‘relações sociais de gênero’ — que remete o debate às distinções teóricas presentes no campo dos estudos de gênero. (LOLE, 2016, p.566)

Sobre o período em que as disciplinas analisadas pela autora são ofertadas, Lole (2016) destaca a importância do Estágio Curricular e a aproximação do debate de Gênero²¹. Segundo a autora

No que se refere ao período em que a disciplina é oferecida, é importante observar que há uma proximidade com a entrada do aluno no campo de estágio. Esse fato é relevante, pois, como mencionamos, é nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais que demandas de gênero podem ser visualizadas, o que vem corroborar o indício de que o profissional deve buscar fazer uma leitura da realidade do usuário não somente pelo viés econômico, mas também pelo de gênero. (LOLE, 2018, p.566).

Nesse sentido, é importante ressaltar essa reflexão acerca do exercício profissional que tem que estar atento às questões de gênero e de raça. É no exercício cotidiano que se consegue compreender e visualizar as questões de gênero e de raça e a/o estudante, quando entra no campo de estágio, vivencia essa realidade marcada pelo gênero e pela raça, precisando estar apto a perceber e atuar frente a essa demanda.

Além disso, Lole (2016) destaca que na UFF e UFRJ as disciplinas de Gênero são obrigatórias, enquanto as outras não. A UFRJ trata da disciplina “A Questão de Gênero no Brasil”, tendo também a disciplina “Identidades Culturais e Serviço Social no Brasil”, que vai

²¹ É válido ressaltar que o curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, apresenta a disciplina de “Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social” como obrigatória desde a última revisão curricular de 2018, e é ofertada no segundo semestre do curso. O fato de ser obrigatória e ofertada logo no início do curso é um fator importante para mostrar a relevância que a disciplina apresenta, bem como ser disponibilizada antes dos períodos de estágio curriculares (6º e 7º semestre) no qual os/as alunos/as vão a campo com uma visão diferenciada para realizar as leituras de realidade. Além disso, o curso oferta como disciplina obrigatória “Exclusão Social e Relações Étnico-Raciais” no 8º semestre, que, apesar de ser após o período de estágio obrigatório, é extremamente necessária e importante para a formação acadêmica-profissional.

debater a questão racial, como obrigatória. A UFF apresenta a disciplina de “Relações de Gênero e Questão Social”, e também a de “Família, Políticas Sociais e Questão Social”, que irá abarcar o debate de gênero de maneira transversal (LOLE, 2016 p. 568-9). Na UFF foi encontrada também a categoria Gênero na disciplina de “Acumulação Capitalista e Questão Social”, que foi destacada como interessante pela autora Lole, pois não é comum encontrar esse debate em disciplinas dessa temática (LOLE, 2019, p.569).

Ao analisar as ementas das disciplinas Lole destaca que

É curioso observarmos que alguns marcadores sociais contemplados nas ementas das disciplinas, como geração, raça e etnia, são abrigados sob o mesmo ‘guarda-chuva’ da disciplina de gênero em algumas IES, o que nos leva a suspeitar que mais do que um exercício de intersecção das categorias sociais, trata-se de um ‘espaço possível’ destinado a um assunto ainda pouco visualizado como fundamento da formação profissional. (LOLE, 2016, p. 571).

Nesse sentido, a pesquisa da autora Lole mostra um avanço na aproximação das questões de Gênero e de Raça ao Serviço Social. Apesar disso, Lole (2016, p. 572) destaca que há uma aproximação muito inicial da apreensão de gênero “como parte fundamental da experiência de sociabilidade dos sujeitos na sociedade capitalista, bem como do projeto de emancipação humana no discurso profissional.”. Com isso, a aproximação existe, porém a passos lentos devido à realidade social marcada pelas desigualdades sociais de gênero.

Os dois últimos artigos analisados (2 SS e 3 SS) fazem refletir e reafirmar a importância dos estudos de Gênero e de Raça no Serviço Social. No artigo 2 SS vemos que, dentro de um contexto marcado pela hierarquia de classe, gênero e raça, as mulheres e principalmente uma mulher negra como Dona Ivone Lara, conquistou um espaço essencial, mostrando a resistência a esse grupo hegemônico que se construiu e ainda insiste em persistir no Serviço Social. No artigo 3 SS percebe-se que, com o passar dos anos, a temática de Gênero vem ganhando relevância, mesmo que, muitas vezes de maneira transversal nas disciplinas obrigatórias. Com isso, a profissão desde seu surgimento enfrenta o debate de gênero e raça, seja no seu cotidiano, seja nas suas lutas por espaço na academia.

Ao adentrar no Serviço Social e, mais especificamente na questão social, o artigo “Quando a questão racial é o nó da questão social” (4 K) da revista *Katálysis*, irá abarcar a ligação entre a questão racial e a questão social. Ao fazer um recorte histórico do contexto brasileiros pós-abolição da escravidão, Gonçalves (2018, p. 515) destaca como o Estado Brasileiro não forneceu políticas sociais básicas para a inserção dos ex-escravos na sociedade, fazendo o contrário, deixando-os na posição de reserva da reserva. O Serviço Social surge então nos anos 1930 com valores ancorados na caridade e na benesse, que abraçam esses ex-

escravos como alvos da sua ação social, compactuando muitas vezes com as políticas higienistas e eugenistas brasileiras (GONÇALVES, 2018). Sobre esse processo de eugenia e higienista a autora destaca que “Em ambos os casos, de harmonia entre as raças e de eugenia, os(as) primeiros(as) assistentes sociais não perceberam que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial.” (GONÇALVES, 2018, p. 515).

Ainda refletindo sobre o processo histórico da escravidão, Gonçalves (2018) traz que a questão racial não é apenas expressão da questão social, e sim que a questão racial antecede ao antagonismo de classes e é sustentadora deste. Nas palavras da autora

Considerando as particularidades da formação social brasileira, pretendemos demonstrar ao longo deste artigo que a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro. (GONÇALVES, 2018, p. 515).

Ou seja, a questão racial está na sociedade antes mesmo da luta de classes, e ela vai sustentar essa luta entre as classes, sendo ela um dos pilares e geradores da questão social. Gonçalves (2018) ainda enfatiza que o racismo está tão naturalizado e institucionalizado que o/a assistente social acaba por naturalizar a miséria, e “Suspeita-se da índole dos(as) trabalhadores(as) negros(as) e não das desigualdades de classes. (GONÇALVES, 2018, p. 520)”.

Nesse sentido, Gonçalves (2018) chama a atenção para o processo histórico da sociedade, do escravismo e de suas raízes profundas. O processo escravocrata deixa marcas até os dias atuais com o racismo que mata, que exclui e subalterniza. A autora enfatiza a necessidade de perceber a questão racial como nó da questão social, pois é o racismo que sustenta a sociedade de classe e o capitalismo. Nesse sentido, compreender a relação estabelecida na sociedade entre a questão racial e a questão social se torna necessário.

Já o artigo “*A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social*” (8 SS) da revista Serviço Social e Sociedade, trata sobre o trabalho do/a assistente social frente às explorações e opressões étnico-raciais. Neste artigo a autora Eurico (2018) trata do racismo institucional e de como os/as profissionais de Serviço Social reproduzem-no no seu cotidiano e campo de trabalho. O papel do/a assistente social é desvendar o racismo que está na organização da instituição, revertendo ações que são propostas de cunho racista em ações propositivas e não reprodutoras (EURICO, 2018, p. 524).

Nesse sentido, Eurico (2018) destaca sobre o compromisso com a classe trabalhadora

precisa considerar necessariamente suas pautas universais, mas também apreender suas particularidades. Entre o universal e o particular se põe um campo de disputas onde certamente o pertencimento étnico-racial, a identidade de gênero, a orientação sexual, o lugar ocupado na divisão social e técnica do trabalho revelam a diversidade humana, mas também acirram a desigualdade no interior da própria classe. (EURICO, 2018, p.516-517).

Com isso, é preciso compreender e analisar as questões raciais e de gênero como elementos essenciais para produzir políticas públicas e sociais mais concisas que atendam a demanda real dos sujeitos, frente às expressões da questão social. Eurico (2018) irá mencionar que há avanços, mas ainda precisa-se ir além, não cabendo apenas aos assistentes sociais negros/as, mas ao coletivo de profissionais.

Os avanços continuam, e a tarefa que se coloca como urgente é desvendar nas tramas do real a intrínseca relação entre questão étnico-racial e questão social, à luz da teoria marxista, ação que não se coloca apenas como modismo, como tarefa particular de assistentes sociais negros(os), mas como uma imperiosa tarefa do coletivo profissional, à medida que a fragmentação da análise pode produzir pesquisas e intervenções no âmbito das políticas públicas, com um cariz de modernidade, mas apoiadas em posturas conservadoras e autoritárias. (EURICO, 2019, p. 519).

Além disso, Eurico (2018) traz que

O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação étnico-racial exige, na mesma medida, o combate à sociedade de classes, à desigualdade de gênero, bem como o respeito à diversidade sexual, entre outras garantias individuais cotidianamente violadas. (EURICO, 2018, p.528).

Com isso, o artigo 4 K irá chamar a atenção para o debate étnico-racial, as opressões e explorações, e o trabalho do/a assistente social. Sobre o racismo institucional e o papel do/a assistente social,

O racismo institucional se expressa no modo como as instituições estabelecem suas diretrizes gerais, as relações de poder, como são reproduzidas ações pragmáticas, sustentadas pelo mito da democracia racial, e as(os) profissionais precisam se apropriar do debate para que consigam fortalecer a resistência diante dessas estruturas de poder, inclusive no estabelecimento das relações interpessoais, que sofrem interferências institucionais, sendo que em várias situações a atitude individual extrapola os limites institucionais, desconsiderando princípios fundamentais baseados na ética e no respeito ao outro. (EURICO, 2018, p.524).

E ainda destaca que

Entendemos que no cotidiano das instituições, no qual o racismo se revela de maneira constante e sem tréguas, as(os) assistentes sociais podem assumir o compromisso de desvelar o racismo na dimensão organizacional, propor intervenções na direção oposta e desempenhar papel relevante também no trabalho com a equipe para coibir práticas racistas, que incidem de maneira perversa na vida da população negra. (EURICO, 2018, p.524).

Nesse sentido, é importante que os/as assistentes sociais estejam minimamente capacitados para compreender e intervir de maneira a negar a efetivação de ações racistas. Com isso, mostra-se ainda a necessidade de que esse debate seja feito na profissão.

Os dois artigos vão destacar a centralidade da questão racial na discussão e no surgimento da questão social. Gonçalves e Eurico chamam a atenção para o processo histórico e as consequências que o processo de escravidão deixou no país e como a questão étnico-racial está imbricada nas desigualdades sociais e nos processos de resistência e rebeldia que expressam a questão social, objeto de trabalho do/a assistente social. A rebeldia e resistência é um dos fatores que merecem destaque na análise para questionar a ideia que se criou de que a população escravizada aceitou e não rebateu sua posição na sociedade, o que se desmente com a história dos Quilombos e nas demais expressões, compreendendo-se que esse processo não foi dócil e inquestionado. Além disso, vale refletir sobre o papel do/a assistente social frente ao combate ao racismo na sua prática cotidiana, opondo-se a realizar práticas conservadoras e racistas, e expondo-as quando surgirem.

Outros dois artigos que irão abordar temas relevantes no Serviço Social são “Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres” (2 K) e “O fenômeno da terceirização e a divisão sociossexual e racial do trabalho” (3 K), sendo que os dois analisam o aborto e a terceirização sob a perspectiva de gênero e raça. Importante ressaltar que os dois artigos mostram como essas expressões da questão social, aborto e terceirização, são aprofundadas quando analisadas sobre a perspectiva de gênero/sexo e de raça.

O artigo 2 K irá abordar como a criminalização do aborto reforça as desigualdades sociais de gênero/sexo, de raça/etnia e de classe. As autoras Cisne, Castro e Oliveira (2018) destacam que a sociedade patriarcal e racializada se apropria do tempo, do trabalho e do corpo das mulheres, e isso sustenta a sociedade e dentro desse sistema as mulheres negras e pobres são as que mais sofrem. A divisão sexual do trabalho irá atribuir à esfera privada (lar) como o local de pertencimento da mulher, sendo atribuído o cuidado da casa e da família (CISNE; CASTRO; OLIVEIRA, 2018, P. 454). As autoras destacam que público que mais realiza abortos são as mulheres que já possuem filhos, católicas e que possuem relações estáveis, o que demonstra como os homens, na maioria das vezes, determinam quantos e quando as mulheres terão filhos. Ao analisar o aborto sobre a perspectiva da raça e da classe, as autoras Cisne, Castro e Oliveira (2018) retratam que as mulheres negras e pobres, muitas vezes, optam pelo aborto para que seu/sua filho/a não viva aquela realidade na qual ela está inserida, mesmo que isso possa custar a sua vida.

o racismo e as condições de vida dessas mulheres impossibilitavam que vivessem a maternidade, pois o desespero por não ver seus filhos e filhas sob as mesmas condições desumanas, por vezes, prevalecia, mesmo que isso custasse também suas próprias vidas. (CISNE; CASTRO; OLIVEIRA, 2018, p.456).

Além disso, a OMS destaca que o aborto ilegal gera um prejuízo maior ao Estado do que se ele oferecesse os meios seguros para o procedimento, mostrando a importância da legalização (CISNE; CASTRO; OLIVEIRA, 2018, p. 456). Durante os últimos anos, a legislação para a criminalização do aborto vem crescendo, sendo penalizadas as mulheres que realizarem tentativa de aborto. Nesse sentido é válido refletir que a criminalização do aborto não impede que o mesmo aconteça, só o torna mais prejudicial à mulher e à sua liberdade, e que o que de fato permitiria uma mudança no cenário seria a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres a partir do acesso das mulheres a atendimentos na área da saúde de qualidade, com informações e meios de prevenção e contracepção, com atendimentos integrais nos casos de abortos, de violências doméstica e obstétricas e, principalmente, permitir que a mulher exerça sua liberdade plena: de escolha pelo seu corpo, pela sua profissão, pela sua vida.

Criminalizar o aborto antes do primeiro trimestre, viola, assim, diversos direitos fundamentais, dentre eles: a autonomia da mulher, a integridade física e psíquica, os direitos sexuais e reprodutivos, a igualdade entre os sexos e, principalmente, o aumento da discriminação social e o impacto flagrantemente sobre as mulheres pobres e negras. (CISNE; CASTRO; OLIVEIRA, 2018, p.458).

Nesse sentido, é oportuno refletir a importância da luta pelo aborto seguro por parte dos/as assistentes sociais. Como a citação das autoras traz acima, a proibição do aborto fere o direito fundamental que é a autonomia, direito esse essencial ao Serviço Social, descrito em seu Código de Ética, sendo o aborto uma expressão da questão social que surge da desigualdade social de gênero, raça e classe. Conforme as autoras destacam, “analisamos o aborto como uma expressão da questão social a ser enfrentada com compromisso ético-político em defesa da liberdade, da autonomia e da igualdade social para as mulheres.” (CISNE; CASTRO; OLIVEIRA, 2018, p. 453). Nesse sentido, é dever do/a assistente social trabalhar e buscar pela efetivação do direito ao aborto seguro, guiando-se pelos princípios e compromissos ético-políticos da profissão.

O artigo 3 K irá trabalhar com uma das expressões da questão social que é a terceirização que precariza e flexibiliza o trabalho da classe trabalhadora. Para analisar a terceirização as autoras Passos e Nogueira (2018) utilizam-se das categorias racismo, patriarcado e colonialismo para mostrar o acirramento das desigualdades sociais. Com a busca

pela redução dos custos, as empresas transferem suas responsabilidades para outras empresas, o que acaba baixando os salários e há perda de direitos, terceirizando assim seus serviços (PASSOS; NOGUEIRA, 2018, P.486).

Ao analisar o fenômeno da terceirização pelas categorias de raça e gênero, as autoras destacam que homens e mulheres são atingidos pela precarização do trabalho. Porém, as autoras sinalizam que

a subalternidade do trabalho das mulheres negras na sociedade brasileira está vinculada a construção da nossa formação social. Logo, vale destacar que as mulheres negras são aquelas que acumulam os piores indicadores sociais no Brasil, conforme aponta reportagem do site Rede Brasil Atual, pois são as que possuem pior remuneração, são as que mais sofrem violência doméstica, as que mais sofrem violência obstétrica e as que mais morrem. Portanto, esses índices representam as bases que sustentam a sociabilidade brasileira e que estão assentadas no racismo, no patriarcado e no colonialismo. Por isso torna-se extremamente importante descortinar as desigualdades e opressões que estruturam a nossa sociedade a fim de buscarmos a sua superação e transformação. (PASSOS; NOGUEIRA, 2018, p. 490).

Nesse sentido, compreende-se que a base da pirâmide social está composta pelas mulheres negras e pobres que exercem os mais diversos trabalhos precários e subalternos. A terceirização do trabalho reflete o sistema opressivo e alienador do capitalismo, com a sua capacidade de retirar direitos básicos do trabalhador, em busca de lucro, mostrando a sua perversidade.

Além disso, o artigo 10 SS (*Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica*) irá abordar dois conceitos importantes que são a interseccionalidade e o racismo institucional frente à expressão da questão social que é a violência obstétrica. No que se refere à perspectiva da interseccionalidade, a autora Assis (2018) destaca sua importância para analisar a realidade social, de modo a visualizar a violência a partir do gênero e da raça e, com isso, visualizar como o racismo institucional se manifesta na concessão de direitos e benefícios, que no caso da violência obstétrica se manifesta na hora do acesso a um acompanhamento, pré-natal, anestesia na hora do parto, etc. Assis (2018) destaca também que o tema “violência obstétrica” surge no Brasil nos anos de 2000 com as mulheres brancas de classe média. Sobre as expressões que a violência obstétrica traz, Assis destaca

Os achados da pesquisa revelaram expressões como: violência de gênero no parto e aborto, violência no parto, abuso obstétrico, violência institucional de gênero no parto e aborto, desrespeito e abuso, crueldade no parto, assistência desumana/desumanizada, violações dos direitos humanos das mulheres no parto, abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto. (ASSIS, 2018, p. 551).

O perfil das mulheres que mais sofrem com a violência obstétrica são as negras, pobres, adolescentes, que não tiveram pré-natal, que estão sem acompanhante, usuárias de drogas. Esse perfil é determinado a partir do estereótipo da mulher negra enquanto “forte”, enquanto que a utilização de drogas e desacompanhamento passam a ser motivos para desmerecimento, xingamentos e violências. É válido ressaltar que algumas violências obstétricas levam à morte de muitas mulheres. No que tange aos órgãos competentes como a OMS, a mesma reconhece a violência obstétrica como um problema e busca modificar essa realidade (ASSIS, 2018, p.550). Com isso, percebe-se mais um tema e expressão da questão social que abarca as questões de gênero e de raça, mostrando sua importância.

O artigo “*Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva*” (6 K) irá abordar a partir de uma visão dialética crítica e feminista a diversidade de gênero na sociedade do capitalismo e do patriarcado. A autora Marinho (2018) utiliza-se como referencial teórico a autora Saffioti, e irá analisar como a população trans faz parte de um segmento da classe trabalhadora que tem suas vidas marcadas pela violação dos direitos. Marinho (2018, p. 605) faz uma análise da categoria trabalho, deste como fundante do ser social, como marcador da sociedade que passa a girar ao redor das mercadorias e da alienação.

Nesse sentido, há que considerar que as relações de gênero estão inscritas nessas relações sociais desumanizadas, alienadas, mercadorizadas, coisificadas. É no seio de uma sociabilidade burguesa, na qual a engrenagem das relações é pela exploração, dominação e hierarquização, que é possível pôr-se em contato com a categoria gênero, tão somente porque essa vida social é produzida e determinada pelo modo de produção capitalista. (MARINHO, 2018, p. 605).

Nesse sentido, ao se pensar nas relações patriarcais de gênero percebe-se a divisão que se tem na sociedade, no mercado de trabalho e na força de trabalho. Para compreender a realidade trans, Marinho (2018, p. 603) diferencia os conceitos de identidade de gênero e identidade sexual: a identidade de gênero é como as pessoas se percebem, como elas se sentem e se identificam dentro do gênero (para além do binarismo homem e mulher, há um leque de possibilidades de ser e existir esse homem e essa mulher, o que se chama diversidade de gênero). Já a identidade sexual é a maneira como as pessoas vivenciam sua sexualidade, seus desejos e sua orientação sexual. Marinho (2018, p. 608) destaca ainda uma maneira de resistência e “desobediência” ao sistema patriarcal quando os/as homens e mulheres trans vivem sua transsexualidade.

Com isso, o artigo de Marinho (2018) trabalha como se dá a diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal, em especial as identidades trans. Este artigo é o único que

fala da população LGTQI+ e abarca a identidade de gênero e sexual sobre uma perspectiva marxista. Nesse sentido, Marinho (2018) ainda abarca os mecanismos de resistência e confrontos que a população trans realiza ao enfrentar o patriarcado e o machismo na sociedade, ao existirem e resistirem. Ao reconhecer essa manifestação de resistência, Marinho (2018) mostra como a diversidade de gênero também é uma manifestação da questão social, visto que os atos de rebeldia e resistência também compõem a questão social.

Outro tema encontrado é da criminalização da juventude negra no artigo "*A manipulação das consciências em tempos de barbárie e a criminalização da juventude negra no Brasil*" (9 SS). Buozi (2018) reflete em seu artigo sobre as manipulações das consciências e alguns aspectos teóricos baseados em Iasi. Ao destacar o fenômeno do genocídio e da criminalização da juventude negra, a autora aborda como a crise do capital gera uma transformação na sociedade que cria um desmoroamento social, e para solucionar esse problema cria-se uma onda punitiva que se desdobra no genocídio e no encarceramento da população negra. É válido destacar que se cria a justificativa de "guerra às drogas", na qual muitos jovens negros acabam sendo privados de liberdade sem ao menos terem sido julgados. Ao analisar o perfil da população presa se identifica que a maioria é negra, tem de 18 à 29 anos, metade possui ensino fundamental incompleto e os crimes cometidos são contra o patrimônio e tráfico de drogas (BUOZI, 2018, p.532). Nesse sentido, analisar o fenômeno que vem crescendo na sociedade da criminalização explica-se, segundo Buozi (2018), (mas não exclusivamente) pela crise que o capital criou dentro de si e que para resolver precisa conter a população e a maneira encontrada seria o genocídio e o encarceramento da população negra. Conforme a autora

Desse modo, o superencarceramento, decorrente do processo de criminalização seletiva, representa uma das faces da barbárie atual e é operado justamente pela esfera jurídica em conjunto com outras esferas do espaço da reprodução. (BUOZI, 2018, p.542).

E destaca o papel midiático

Nota-se, desta forma, como é construída a imagem do 'criminoso' a partir da população pobre e periférica, sobretudo negra. Tal estereótipo é reforçado constantemente pelos meios de comunicação — cujos interesses visam à reprodução do capital. (BUOZI, 2018, p.543).

Nesse sentido, o artigo 9 SS mostra como a sociedade brasileira manipula e criminaliza a população negra. É interessante compreender o sistema capitalista, que é racista e sexista, articula maneiras de criminalizar a juventude negra no país, seja a partir da

criminalização ou pelo genocídio e como os meios de comunicação reproduzem os estereótipos criados para esses meios se concretizarem. Com isso, essa criminalização faz parte da questão social, pois ela surge como elemento fundamental para “solucionar” ou justificar as desigualdades sociais que o capitalismo criou.

Até então, os artigos aqui analisados trabalhavam expressões da questão social sob perspectivas de gênero e/ou raça. A educação foi um tema recorrente que vem sendo conquistado pela profissão como um campo de atuação do/a assistente social. Bem como o seu caráter como direito social de todos/as e como um dos elementos que marcam a desigualdade social a partir dos altos índices de analfabetismo, das evasões escolares, da falta de acesso à escola, a falta de profissionais e demais problemas estruturais. A violência doméstica também é uma das expressões da questão social mais perversas, pois todos os dias mulheres morrem de feminicídio, ou seja, mulheres morrem por serem mulheres. Mulheres são obrigadas a viver suas vidas de acordo com uma ordem patriarcal que determina o lugar da mulher na sociedade: trabalho, casamento e filhos. E ao adentrar na família, casamento e filhos, tem-se a criminalização do aborto que também se faz presente nas discussões e é uma expressão da questão social, pois é reflexo da sociedade patriarcal-racista-classista que toma as decisões sobre os corpos, mente e vida das mulheres.

Ao que tange ao Serviço Social e o papel do/a assistente social, poucos artigos trazem explicitamente. Mas os artigos abordados reforçam a importância do combate ao racismo e ao sexismo nas ações cotidianas e institucionais. Percebe-se também que, ao realizar uma leitura de realidade sob perspectiva de gênero e de raça proporciona um olhar ampliado da realidade, mostrando elementos fundamentais para compreendê-la. Portanto, a questão de gênero e a questão racial são categorias essenciais ao Serviço Social e à questão social.

Além dos artigos até aqui mencionados, foram encontrados mais quatro textos que trabalham com as categorias a partir de pesquisas bibliográficas sobre as próprias categorias que envolvem o tema. Os artigos são: “*Luta antirracista, unidade e transformação: um ensaio teórico*” (5 K), de autoria de Santos (2018); “*A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira*” (5 SS), de autoria de Pereira e Sampaio (2018); “*Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista*” (6 SS) de autoria de Barroso (2018); e “*Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo*” (7 SS), de autoria de Madeira e Gomes (2018).

Sobre o artigo 5 K, Santos (2018) trata da união entre classe e raça enquanto unidade. A importância de unir a luta antirracista e a luta anticapitalista, vendo a classe e a raça como unidade, ou seja, enquanto houver racismo haverá capitalismo e vice versa. O autor (2018, p.

596) destaca que há uma leitura errônea sobre as ideias de Marx, quando se diz que o próprio hierarquizou as lutas colocando a classe como centro e que com o socialismo e com o comunismo o problema das demais opressões acabaria. Segundo Santos (2018, p. 600)

A suposta impossibilidade de que raça e classe constituam uma unidade é um aspecto de necessário avanço, sendo que, do ponto de vista teórico, constitui uma espécie de campo minado ideológico, e justamente sobre ele vem-nos a importância de investigar suas indisposições, compreendendo que o racismo é essencial na manutenção das relações de opressão e exploração da sociedade em que vivemos. Necessariamente, tal investigação se posiciona por uma perspectiva humanizada sobre um campo em movimento ativo contra todas as formas de opressão racista, machista e classista em nossa sociedade e no mundo. (SANTOS, 2018, p. 600).

Portanto, é fundamental compreender a aliança existente entre classe e raça na sociedade. Assim, Santos (2018) frisa em seu artigo que a luta pelo fim do racismo está na luta de classes e que as duas lutas devem estar juntas, pois elas apresentam uma relação dialética.

O artigo 5 SS também irá refletir sobre a relação entre a classe e a raça na formação da classe trabalhadora, com base em Fernandes (2007), Ianni (1978) e Moura (1992). Pereira e Sampaio (2018) destacam que a sociedade não é separada por apenas aqueles que detêm da mão de obra e aqueles que detêm dos meios de produção, mas que existem

elementos que dão condições para pensar acerca das especificidades da classe trabalhadora brasileira, em uma realidade na qual a escravidão é, sumariamente, parte constitutiva do capitalismo, servindo historicamente ao desenvolvimento do capitalismo desde a sua gênese. (PEREIRA; SAMPAIO, 2018 p. 435).

Nesse sentido, as autoras destacam que o escravismo foi uma parte constitutiva do capitalismo. O escravismo serviu como base para o capitalismo se fundar na sociedade e ao se consolidar descartou a mão de obra escrava, o que mostra a relação entre classe e raça na constituição da classe trabalhadora brasileira (PEREIRA; SAMPAIO, 2018, p.436). As autoras também mencionam dados do IPEA relacionados às desigualdades de gênero e raça no que tange ao desemprego, reforçando a importância da compreensão do processo histórico do pós-abolição que destinou a reserva da reserva como espaço para os/as negros/as.

no caso brasileiro não é necessário que o negro seja ‘degradado, maltrapilho, incapacitado para o trabalho’, para que componha esse lugar, porque o racismo já destinou a ele — pela sua insígnia — o lugar de ‘incapaz’, ‘inferior’, ‘vagabundo’ e de tantos outros atributos que o subjugam. (PEREIRA; SAMPAIO, 2018, p. 441).

Assim, o lugar do/a negro/a na sociedade já está pré-determinado pelo passado histórico. Ao se observar a condição que o/a negro/a ocupa no mercado de trabalho a partir das marcas do processo de escravidão, percebe-se como a classe trabalhadora é marcada pela

questão racial. Com isso, Pereira e Sampaio (2018, p. 444) ainda refletem nas considerações finais de seu artigo sobre a capacidade que o capitalismo tem de utilizar-se do racismo para quebrar e dividir a classe trabalhadora, para que assim possa explorá-la e cria a desconfiança no interior da classe trabalhadora, impedindo-as de promover uma revolução.

Nesse sentido, o artigo 5 SS traz uma contribuição na análise da classe trabalhadora que os/as assistentes sociais fazem parte e defendem. O Serviço Social tem como projeto a defesa da classe trabalhadora, e para assim fazê-lo precisa conhecer quem pertence e compõe essa classe trabalhadora. Com isso, conhecer como a questão racial e a questão de gênero modela e determina essa classe trabalhadora.

O artigo 7 SS trata da persistência das desigualdades raciais na sociedade brasileira. Madeira e Gomes (2018) abordam como o racismo estrutural é um elemento central para análise da realidade brasileira e como a ideia que se construiu do racismo como algo interpessoal afeta na desconsolidação do mesmo.

Assim, trata-se a questão estrutural de forma limitada às relações interpessoais, como pessoas que, por questões de ordem individual, são acomodadas ou complexadas. Esse fato impede que as situações de racismo e de opressão se transformem em questão social, pública, ficando *reduzidas à esfera pessoal* e não ganhando conotações políticas e coletivas, com explicações relacionadas à formação social, às estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que se reproduzem nas práticas cotidianas.” (MADEIRA; GOMES, 2018, p. 465)

Nesse sentido, Madeira e Gomes (2018) chamam a atenção para a tentativa de colocar o racismo estrutural na esfera “interpessoal”, restringindo-o à esfera pessoal e não ao coletivo. As autoras destacam que a individualização do racismo se fortalece com o mito da democracia racial, pois acredita-se num país que não existe racismo e que quando ações racistas acontecem partem do indivíduo e não do coletivo. Com isso, Madeira e Gomes (2018) destacam o racismo como um problema estruturante das relações sociais e que junto ao gênero e à classe irão demarcar lugares sociais aos indivíduos na sociedade.

Além disso, as autoras mostram as resistências negras como elemento central na discussão, pois com o pós-abolição criou-se inúmeros estereótipos da população negra como preguiçosos, vagabundos e dóceis, sem nunca mencionar o quanto a população escravizada lutou e resistiu a esse processo de dominação e escravização (MEDEIRA; GOMES, 2018, p. 467). Ao mencionarem gênero, raça e classe, destacam que eles demarcam lugares na sociedade e destacam alguns dados do IBGE, do PNAD, do mapa da violência e do IPEA para demonstrar as desigualdades expressas na sociedade. Nas palavras das autoras,

O racismo foi abrindo caminhos para o abismo social entre negros e não negros na

sociedade brasileira. Por esse motivo, buscamos explicitar não ser esse um problema que se limita ao âmbito interpessoal, comportamental, sendo uma questão estruturante das relações sociais, que em sua intersecção com o gênero e a classe demarca lugares sociais. (MADEIRA; GOMES, 2018, p.467).

Em relação à resistência, tão importante para o Serviço Social, pois se configura como uma manifestação da questão social, as autoras ressaltam que

em meio às vulnerabilidades por que passa a população negra, de cenários de extrema pobreza, demandas não atendidas por acesso às políticas públicas de proteção social, de preconceito que se transforma em ação de exclusão, de negação de identidade, de sua cultura, esta criou e vem reinventando mecanismos de resistência para garantir sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que oferece ao Estado e à sociedade brasileira suas experiências como forma de construir coletivamente outra dinâmica de vida e ação política. (MADEIRA; GOMES, 2018, P.474).

Para concluir, as autoras reforçam a importância da união entre a luta anticapitalista e antirracista. Será somente com a união entre a luta pelo fim do capitalismo e do racismo que haverá uma sociedade justa e igualitária. Nesse sentido, desmente-se o dilema de que com o fim do capitalismo as demais maneiras de opressões estariam resolvidas.

E o artigo 6 SS irá refletir sobre a união e inseparabilidade do patriarcado, do racismo e do capitalismo e da unidade dialética entre as relações sociais de sexo/gênero, étnico-raciais e de classe. Barroso (2018) destaca que não é apenas a exploração que determina as relações sociais, mas também a opressão de gênero e de raça. A autora faz uma revisão bibliográfica de quatro teses que irão falar sobre essas relações: indiferencialidade do capitalismo sobre as opressões, da autora Wood; o ponto de vista da teoria unitária, da autora Arruzza; a perspectiva da interseccionalidade, de Crenshaw; e a perspectiva da consubstancialidade e coextensividade das relações sociais, da autora Kergoat (BARROSO, 2018, P.449).

A primeira tese destacada pela autora Barroso (2018) é da indiferencialidade que o capitalismo tem sobre as demais formas de opressões. Nas palavras da autora Barroso (2018), Wood considera

a opressão de gênero como remanescente de formações sociais e modos de produção prévios ao capitalismo, quando o patriarcado diretamente organizava e determinava uma estrita divisão sexual do trabalho. Para a autora, o capitalismo é, em si, indiferente às relações de gênero, ou seja, a igualdade racial ou de sexo/gênero não é antagônica ao capitalismo, pois o capitalismo é indiferente às identidades sociais das pessoas que explora e provavelmente cooptará quaisquer opressões que estejam cultural e historicamente disponíveis, em qualquer uma de suas definições — assim, a relação entre exploração e opressão é meramente instrumental e contingente. (BARROSO, 2018, p. 449).

Ou seja, de acordo com Barroso, Wood considerava que o patriarcado já existia antes do capitalismo, mas este último não diferencia aqueles que explora pelo seu sexo/gênero ou

raça. Ao mencionar a teoria unitária de Arruzza, Barroso (2018) destaca que

Arruzza defende a ‘tese unitária’, segundo a qual ‘nos países capitalistas não existe mais um sistema patriarcal que seja autônomo do capitalismo. Relações patriarcais continuam a existir, mas não são parte de um sistema separado’ (Arruzza, 2015, p. 37). Para a autora, considerar que o patriarcado não é um sistema autônomo dentro do capitalismo não implica aferir que a opressão de gênero não exista; por outro lado, busca não reduzir ‘cada aspecto da opressão para simplificá-la a uma consequência mecânica ou direta do capitalismo, nem busca oferecer uma explicação baseada somente em termos econômicos’ (Idem, p. 38). (BARROSO, 2018, p. 450)

Nesse sentido, a tese unitária defende que patriarcado e capitalismo estão juntos e que a opressão não tem apenas uma explicação econômica. Já a perspectiva da interseccionalidade da autora Crenshaw, na qual, segundo Barroso (2018), analisa-se como raça, gênero e classe se inter cruzam e geram diferentes formas de opressão, sofre críticas e controvérsias pela visão geométrica que assume, e por buscar estar próxima da realidade das mulheres afro-americanas (BARROSO, 2018, p. 451).

Nesse sentido, tem-se a teoria da consubstancialidade e a coextensividade das relações entre gênero/sexo, raça e classe, formando elas uma unidade. Sobre a consubstancialidade e a coextensividade, Barroso (2018) traz com base na autora Kergoat, que

as relações sociais são consubstanciais; ‘[...] elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e ‘raça’ se reproduzem e se coproduzem mutuamente’ (Kergoat, 2010, p. 94). Ou seja, patriarcado e capitalismo — mesmo que tenham particularidades que permitam uma caracterização em si —, nessa perspectiva, compõem um sistema dependente um do outro a partir do pressuposto de que tais relações são dinâmicas e que existem três relações sociais fundamentais que se imbricam e são coextensivas: sexo/gênero, a classe e a ‘raça’ (Kergoat, 2010). (BARROSO, 2018, p. 452-3).

Compreender as diversas teorias e leituras de realidade como essas é fundamental para entender a complexidade das relações sociais e como elas se desenvolvem na sociedade. Barroso (2018) conclui com a defesa da união dialética entre opressão e exploração, pois a opressão é motor para a exploração, pois será ela que desempenha o papel de naturalização das relações, comportamentos e mentalidades.

Os três últimos artigos analisados (5 SS, 6 SS e 7 SS) trazem conceitos e reflexões importantes para a compreensão das categorias de Gênero e de Raça e como elas se relacionam mutuamente. Assim como os demais artigos analisados, os artigos 5 SS, 6 SS e 7 SS abordam a necessidade de analisar gênero e raça, destacando o caráter constitutivo e a inseparabilidade entre classe, raça e gênero. Os artigos mostram a partir da historicidade o

quanto a questão racial está intrínseca na sociedade e como a escravidão deixou marcas profundas na nossa sociedade com o racismo estrutural. A questão de gênero e do patriarcado também é vista como um elemento fundamental na sociedade e estruturante das relações sociais. E, apesar dos últimos artigos não apresentarem reflexões explícitas sobre o Serviço Social e a Questão Social, eles trazem elementos e reflexões teóricas que fomentam o debate acerca das categorias aqui pesquisadas.

A partir do exposto, serão realizadas algumas considerações acerca dos resultados encontrados.

4.3 - REFLETINDO SOBRE OS RESULTADOS

Ao retornarmos ao objetivo central deste trabalho de conclusão de curso que é a análise das maneiras que as categorias Gênero e/ou Raça articuladas ao Serviço Social vêm sendo veiculadas nas principais revistas durante o período de 2015 à 2019, apresentam-se as colocações que seguem. Os artigos trazem as categorias - Gênero e Raça -, articuladas às expressões da questão social - educação, desemprego, violência, aborto, terceirização -, e relacionam como as categorias moldam essas expressões, seja no seu aprofundamento ou como razão de sua existência.

Além disso, algumas categorias e informações foram recorrentes. Ao adentrar na categoria Raça, vários artigos refletiram sobre o passado histórico da escravidão e dos reflexos que ela deixou na sociedade, destacando-se como uma informação histórica necessária a ser constantemente lembrada. Foi-se utilizado ainda o conceito de racismo estrutural e racismo institucional como processos chaves para o tema tratado em seus artigos, como por exemplo, o artigo 8 SS (*A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social*) que aborda o trabalho do/a assistente social frente ao racismo institucional e como o mesmo reproduz no seu cotidiano ações institucionais de cunho racistas. Assim como descrito no capítulo do referencial teórico, o racismo é estrutural, ele é um elemento essencial à manutenção da sociedade como ela é hoje e está presente nas instituições, nos campos de trabalho, no cotidiano, dando materialidade às desigualdades sociais.

Nesse sentido, demais artigos (1SS) irão trazer a importância do/a assistente social fazer jus ao seu Código de ética. O Código de Ética do/a Assistente Social traz, como já mencionado anteriormente, no seu princípio oitavo a “*Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação,*

exploração de classe, etnia e gênero;”, ou seja, o projeto profissional do/a assistente social é a busca constante por uma nova ordem societária, na qual não haja dominação, exploração e opressão de classe, de raça-etnia ou de gênero. Com isso, o/a profissional de Serviço Social não deve atuar e compactuar com atitudes racistas e machistas que chegam ao seu cotidiano institucional, no momento de fazer uma leitura de realidade e intervir nesta realidade, assim como as autoras que olharam sobre a perspectiva de gênero e de raça a educação, a violência, o aborto, a criminalização, entre outros. Além disso, o Código de Ética é utilizado como um elemento fundamental pelos/as autores/as aqui analisados, para realizar a defesa da análise da questão de Gênero e de Raça e de como o Código serve de motor para uma leitura atenta a essas categorias.

Outro fator importante é o Projeto ético-político do Serviço Social. Como mencionado no referencial teórico, o projeto ético-político do Serviço Social está alinhado com a classe trabalhadora e os diversos artigos (5 K, 5 SS, 7 SS) reforçam a necessidade de compreender essa classe trabalhadora também pelo viés de raça e unir a luta antirracista e a luta anticapitalista. Acredita-se que é válido ressaltar a importância de adicionar a questão de Gênero também, pois a classe trabalhadora tem gênero e é impactada por isso na sociedade. Nesse sentido, a luta por uma sociedade mais justa e igualitária é pela união do anticapitalismo, antirracismo e antipatriarcado.

Sobre a categoria Gênero é importante ressaltar que há uma diversidade dentro da própria categoria e dos artigos analisados. Muitos artigos utilizam nomenclaturas como “relações sociais de sexo”, “relações patriarcais de gênero” e “patriarcado” devido à influência que a autora Heleieth Saffioti apresenta na área de Serviço Social e para os/as autores/as que possuem uma visão crítica marxista. Os artigos 2 K (Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres), 6 K (Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva) e o 5 SS (Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista), abordam a questão de gênero e o patriarcado com referência à Saffioti, mesmo que o último (5 SS) traga as demais perspectivas como a interseccionalidade, a autora Barroso (2018) utiliza-se da teoria da consubstancialidade que tem como base a teoria da autora Saffioti. Nesse sentido, destaca-se que a relevância que a autora Saffioti tem enquanto mulher, feminista, intelectual, socióloga e marxista na área do Serviço Social, sendo uma referência para diversos/as estudiosos/as.

Outro fator importante que apareceu em vários artigos (1 SS, 9 SS, 7 SS) foram os dados estatísticos. Os dados das plataformas como IBGE foram abordados pelos/as autores/as

para retratar a realidade social e como esta é marcada por desigualdades sociais de Gênero e Raça. Muitos dados vão ao encontro do que foi exposto na introdução do presente trabalho e servem de elementos para demonstrar quantitativamente como as desigualdades sociais são demarcadas pelo gênero e pela raça. Com isso, é válido repetir e refletir sobre alguns dados destacados na introdução (IBGE, 2018, 2019) que chamam a atenção: no que tange ao mercado de trabalho, mais da metade da população preta e parda (54,9%) que constituem a força de trabalho; dos considerados ocupados (trabalhando), 47,3% dos pretos e pardos eram de maneira informal, e em relação à faixa salarial, pretos e pardos recebem em torno de 1.608,00 reais (um mil seiscentos e oito reais), enquanto a população branca recebe em torno de 2.786,00 reais (dois mil setecentos e oitenta e seis reais), ou seja, o dobro da população preta ou parda. Nesse sentido, a população preta e parda é a que mais sofre em relação ao mercado de trabalho e às baixas remunerações. Conforme refletido pelas autoras Passos e Nogueira (2018), o processo de flexibilização e terceirização do trabalho aflora esses dados de informalidade, de trabalho temporário, de instabilidade e de desigualdade social entre homens e mulheres, pretos e brancos.

No que tange as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho tem-se o exemplo da pirâmide social que proporciona a visualização destas. Na base da pirâmide social encontram-se as mulheres negras que são as que mais sofrem com a precarização e a flexibilização (PASSOS; NOGUEIRA, 2018), após vem o homem negro, após a mulher branca e no topo está o homem branco. Essa desigualdade subsidia o sistema capitalista e o faz parte como membro central. Outro dado importante se refere à educação e chama a atenção, pois a pirâmide sofre uma inversão nas posições dos homens pretos e pardos e das mulheres pretas e pardas, de modo que, ao analisar os dados de conclusão de ensino médio, as mulheres pretas e pardas concluem quase 10% a mais que os homens pretos e pardos (56,2% e mulheres pretas ou pardas 67%). Em relação à população branca, as mulheres brancas são as que possuem maior percentual de conclusão (81%) comparadas ao homem branco (72%). Nesse sentido, pode-se refletir também que a cultura patriarcal exige dos homens a sua participação na manutenção da “prole”, seja de sua família (pais, irmãos, sobrinhos/as, tios/as, afilhados/as), seja pela família a construir (esposa, filhos/as etc.), precisando, muitas vezes deixar os estudos incompletos para adentrar-se no mercado de trabalho.

Também é preciso destacar que, conforme a pesquisa realizada por Tavares e Nery (2016), a violência de gênero sofrida por mulheres brancas, pretas e pardas também influencia na sua trajetória educacional. Muitas mulheres são privadas de terem acesso à educação pela pobreza, pelo casamento, pela maternidade, pelas responsabilidades domésticas e pela

violência conjugal (TAVARES; NERY, 2016). As autoras também destacam a realidade das mulheres que vivem no interior, no meio rural, que desde muito cedo precisam dedicar-se ao cuidado da casa e da família, e posteriormente na criação da sua própria família. Dentro dos relacionamentos, muitas mulheres, vivenciam diversas violências, seja psicológica, física e patrimonial, que se manifestam na privação aos estudos, nas agressões que impossibilitam a mulher de sair de casa, criando-se uma privação da liberdade das mulheres. Nesse sentido, é válido ressaltar que, no momento que o presente estudo estava sendo realizado ocorre uma pandemia mundial de Coronavírus, no qual se instaurou uma medida de contenção do espalhamento do vírus a partir do “isolamento social”, no qual as pessoas deveriam manter-se em casa. A reportagem do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2020)²², relata que durante o período de isolamento social, principalmente nos primeiros meses de pandemia – março e abril -, os casos de denúncia de violência doméstica aumentaram, pois houve uma ampliação no acesso aos canais de denúncia, como meio de aprimoramento frente às demandas impostas da pandemia. Porém, compreende-se que, há um elemento estrutural do machismo e sexismo que intervém nessa realidade, pois o ambiente familiar é um dos principais locais nos quais a violência doméstica ocorre e, com a necessidade da mulher e seu/sua companheiro/a compartilharem um tempo maior junto, propicia o acontecimento de violências, em meio a contexto em que as mulheres estão afastadas de sua rede de apoio, por não poder sair de casa, acabando por ser vítimas dessas ações.

Ainda em relação à violência de gênero, no ano de 2020 (ano que o presente estudo estava sendo realizado) o caso de Mariana Ferrer ficou conhecido em todas as mídias e redes sociais. Mari Ferrer era promotor catarinense, que no ano de 2018 relatou ter sido estuprada em uma festa por um empresário. A existência de diversas provas do ocorrido e a maneira como os juízes e delegados agiram com Mariana, foi uma amostra do que muitas mulheres passam toda vez que decidem não se calar. Além do ato relatado de estupro, o que causou extrema revolta na sociedade foi a maneira como o advogado do acusado se comportou no julgamento. Segundo imagens vazadas pelo The Intercept Brasil, o advogado utilizou-se de imagens antigas de Mariana com roupas curtas para menosprezar e humilhar a jovem, e insinuou que a jovem alegava ser virgem para se promover acima disso. Tais falas foram

²² Segundo o ministério, nos primeiros quatro meses do ano de 2020 houve aumento nas denuncia pelo Ligue 180, sendo que os meses de março e abril foram os primeiros meses da pandemia, tendo o aumento 1.110 casos em março de 2020 (março de 2019 houve 8.840 denúncias e em março de 2020, houve 9.950 denuncia) e de 2.722 denúncias em abril de 2020 (abril de 2019 houve 7.243 denúncias e em abril de 2020 houve 9.950 denúncias). O ministério destaca que esse aumento ocorreu devido ao “aperfeiçoamento dos canais de denúncia” administrados pelo próprio ministério. (BRASIL, 2020).

extremamente desrespeitosas, refletindo o poder, a hierarquia e os estereótipos da mulher na sociedade.

No entanto, o caso de Mariana Ferrer²³ foi considerado “estupro culposo” (expressão não escrita pelo promotor). Ainda de acordo com a referida matéria do The Intercept Brasil, o promotor teria dito que “não havia como o empresário saber, durante o ato sexual, que a jovem não estava em condições de consentir a relação, não existindo portanto intenção de estuprar – ou seja, uma espécie de ‘estupro culposo’. (ALVES, 2020)”. Ou seja, não ter intenção de estuprar retirou a culpa do estuprador. O caso de Mari Ferrer e assim como os inúmeros casos de violência contra as mulheres acabam por serem menosprezados e desacreditados pela sociedade civil de maneira geral e pelas entidades que deveriam zelar pela justiça e pela segurança. Com isso, é importante frisar o lugar ocupado pelo patriarcado (categoria trazida em vários artigos) na sociedade na hora de legitimar o poder ao homem frente ao corpo e a mente das mulheres, que aprisiona e desumaniza a vida das mulheres todos os dias.

Retornando a temática da educação, ainda é válido ressaltar uma contradição presente nos dados da realidade. No que tange ao ensino superior, metade dos/as estudantes são pretos/as e pardos/as (50,3%), enquanto os/as estudantes brancos/as são 49,7%. Apesar de a diferença ser de 0,6% e aparentar um dado pequeno, torna-se necessário destacá-lo, pois ao analisar os dados de conclusão do ensino superior, apresenta-se uma desigualdade expressiva. Os dados em relação à conclusão do ensino superior mostram que a população preta e parda ocupa 18,3% dos concluintes e a população branca 36,1% dos concluintes, ou seja, apesar da população preta e parda estar acessando o ensino superior, seja pelas diversas políticas sociais e incentivos governamentais²⁴, existem diversas barreiras que as impedem de continuar a estudar e a concluir os estudos. Algumas das dificuldades manifestam-se no acesso à universidade (seja pela distância, pelos meios de transporte, pelos mecanismos de sobrevivência material), na falta de suporte afetivo (família, colegas, amigos/as), no caráter competitivo que se faz presente no ambiente acadêmico e universitário, entre outras razões que levam os/as estudantes a deixarem de estudar, sem ter recebido suporte adequado de políticas sociais. Nesse sentido, reforça-se a ideia da importância dos dados estatísticos

²³ Para saber mais sobre o caso Mariana Ferrer: Alves, Schirlei. Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de ‘estupro culposo’ e advogado humilhando jovem, 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>

²⁴ A saber: Programa Bolsa Permanência Prouni; Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); Sistema de Seleção Unificada (Sisu); Políticas de Ações Afirmativas; Programas de Assistência Estudantil; entre outros programas que abrem espaços nas universidades públicas e privadas.

enquanto ferramentas para solidificar e expressar a realidade, para a criação de políticas públicas e sociais mais concisas e eficientes, para a compreensão da totalidade.

Além disso é importante refletir sobre o racismo estrutural que é abordado em diversos artigos. O racismo estrutural é um conceito que mostra como o racismo opera na sociedade, não sendo um ato individual e pessoal, mas como um ato coletivo e estruturante como visto no referencial teórico do presente estudo. O racismo estrutural se expressa na falta de acesso aos diversos direitos sociais básicos como alimentação, saneamento, trabalho, educação entre outros que, baseados na discriminação, privam a população negra e parda de acessá-los. É importante ressaltar que, durante o momento em que o presente estudo estava sendo realizado, um ato racista repercutiu pelo mundo inteiro. O caso de “George Floyd”²⁵, homem negro que foi brutalmente violentado por um policial branco na cidade de Minneapolis nos Estados Unidos. O acontecimento foi gravado e postado nas redes sociais e repercutiu pela ação extremamente violenta com a qual o policial agiu, pois Floyd deitado no chão com o joelho do policial em seu pescoço falava “não consigo respirar” e o policial se manteve naquela posição “sem ouvir” Floyd. Sobre o caso Floyd e os demais atos de racismo que acontecem diariamente, se torna necessário levantar a voz e dizer: Vidas Negras Importam. Nesse sentido, Nuncia Escobar e Mariana Gomes (2020)²⁶ em um artigo de opinião publicado na Sul21, destacam que

Quando um homem branco, a serviço do Estado, assassina brutalmente um homem negro, sob os olhos do mundo inteiro; quando, mais uma vez, incontáveis tiros da polícia terminam com a vida de uma pessoa negra em uma favela; não é mais possível silenciar as vozes que gritam, no Brasil e no mundo: Vidas Negras Importam! (2020, s/p).

O caso de Floyd mostra como o racismo é estrutural e está nas instituições. Este caso também manifesta a realidade abordada pela autora Buozi (2018) no artigo “A manipulação das consciências em tempos de barbárie e a criminalização da juventude negra no Brasil” no qual reflete sobre como a sociedade utiliza-se da criminalização e do genocídio para eliminar aqueles que não encontram um lugar para ocupar na sociedade, e neste caso, a população preta e parda. Buozi (2018) também traz dados estatísticos sobre a criminalização, mostrando

²⁵ Para mais informação sobre o caso G1: Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>

²⁶ Para acesso ao texto completo: Sul21: Vidas negras importam! Mas por que precisamos afirmar o óbvio? (por Núncia Guimarães Escobar e Mariana Selister Gomes). Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/06/vidas-negras-importam-mas-por-que-precisamos-afirmar-o-obvio-por-nuncia-guimaraes-escobar-e-mariana-selister-gomes/>

que o Brasil é o terceiro país que mais aprisiona no mundo, mostrando a face perversa da sociedade estruturada no racismo, que priva os sujeitos de viverem suas liberdades, seja pelo encarceramento, seja pelo genocídio.

Além disso, outro dado relevante dos artigos é que apenas um artigo abordava a questão LGBTQI+. A população LGBTQI+ sofre diversos tipos de preconceitos e discriminações pela sua orientação sexual que levam a casos de violências verbais e físicas, que deixam marcas e podem levar à morte de muitas pessoas. A/o assistente social tem um papel fundamental na luta contra a LGBTfobia²⁷, desde seu trabalho cotidiano quebrando estereótipos, não produzindo e reproduzindo falas, atuando na busca da liberdade e autonomia desses sujeitos, para que os mesmos possam viver com seus direitos garantidos. Além do mais, apesar do presente estudo não pesquisar a temática, compreende-se que a orientação sexual e a diversidade sexual são temas relevantes para analisar diversas expressões da questão social, como o desemprego, os cargos ocupados pela população LGBTQI+, a violência, entre outros. Nesse sentido, o dado de apenas um artigo encontrado na revista se torna impactante.

Ao que tange ao Serviço Social e a questão social, somente os artigos 1 SS, 2 SS, 3 SS 8 SS e 4 K, abordaram em seu título a relação das categorias com a área. Os artigos da revista Serviço Social e Sociedade: Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social (1 SS), Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional (2 SS), Gênero e Serviço Social: uma análise a partir do paradigma indiciário (3 SS) e A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social (8 SS) abordam sobre o cotidiano profissional e a história da profissão. Os artigos mencionados mostram o quanto as categorias gênero e raça estão interligadas ao Serviço Social e à questão social e suas expressões. No âmbito escolar o papel do/a assistente social se dá pela mobilização, pela reflexão e pela politização (FREITAS; ENGLER, 2018), sobre os princípios e valores norteadores da profissão e sobre a visão crítica da mesma. Além

²⁷ No que diz respeito ao papel do/a assistente social na luta contra a discriminação e o preconceito contra a população LGBTQI+, o CFESS Manifesta de junho de 2015 publicou “Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans: Assistentes sociais contra a violência e por direitos de pessoas LGBT” no qual abordou marcos importante para a profissão: no ano de 2006 foi realizada uma campanha intitulada “*Campanha Nacional O amor fala todas as línguas – assistente social na luta contra o preconceito*” do conjunto CFESS-CRESS e, no mesmo ano, criou-se a resolução nº 489 de 2006, que veda às condutas discriminatórias ou preconceituosas baseadas na orientação sexual e expressão sexual por parte dos/as profissionais de Serviço Social. Em 2011 o CFESS criou a resolução nº 615, que dispõe a inclusão e o uso do nome social das pessoas trans assistentes sociais na sua carteira profissional. Nesse sentido, a categoria profissional busca, com o passar dos anos, apropriar-se da temática pela compreensão das “diversas formas de violação de direitos humanos e de violência, que atingem esses segmentos, começando, inclusive, por dar visibilidade à transversalidade de suas demandas relativas ao conjunto dos direitos sociais legalmente instituídos no Brasil.” (CFESS, p.2, 2015).

disso, o artigo 2 SS chama a atenção para conhecer a história profissional do Serviço Social, bem como as pioneiras que construíram e fizeram parte desse surgimento do Serviço Social e ver que a população negra sempre esteve presente na profissão e foi responsável por trazer o debate do racismo para o bojo da profissão (EURICO, 2018). Ademais, a pesquisa da autora Lole (2016) mostra que há uma aproximação entre a categoria Gênero e o Serviço Social, a partir da incorporação da temática aos currículos e disciplinas dos cursos de Serviço Social, mas ao mesmo tempo mostra que se há muito a avançar nessa incorporação. E no artigo 4 K, que fala sobre “Quando a questão racial é o nó da questão social”, Gonçalves (2018) aborda a questão racial como motor central da questão social.

No que se refere à hipótese inicial deste trabalho, a de que as questões de Gênero e Raça estariam sendo abordadas nas produções acadêmicas de maneira transversal à questão social e à questão de classe, é importante ressaltar algumas considerações. Após análise dos artigos percebe-se que as produções acadêmicas que envolvem a temática de Gênero e de Raça relacionadas ao Serviço Social e à questão social estão divididas de modo transversal e central. Vários artigos trabalharam as questões de Gênero e de Raça de maneira transversal, mostrando como essas categorias influenciam e aprofundam as expressões da questão social – como a educação, a violência doméstica e obstétrica, a criminalização, no aborto, na terceirização e na diversidade de gênero. Outros artigos elevaram as categorias Gênero e Raça como centrais, ou seja, como elementos que estão na base da questão social, como o artigo 4 K da autora Gonçalves (2018) intitulado “Quando a questão racial é o nó da questão social” que defende e mostra que, a partir do movimento histórico da sociedade, a questão racial está no nó da questão social, que estrutura as desigualdades sociais da mesma maneira que a categoria classe representa, e defendendo uma unidade entre as três categorias: classe, raça e gênero.

Também se partiu do pressuposto de que os temas Gênero e Raça estariam se aproximando do Serviço Social, mas que haveria um distanciamento das categorias nas produções científicas, aparecendo apenas esporadicamente ou quando houvesse sessões temáticas. Esta hipótese também foi perceptível nos resultados encontrados, visto que a amostra de artigos analisados foi retirada de volumes e números (especificamente em 2018) que tinham como temática a questão de Gênero e de Raça. Porém, é válido destacar que o presente trabalho partiu de duas categorias, Gênero e Raça (racismo, étnico-racial, racial, negro/a), e que ao adentrar nelas, outras ficaram de fora, o que abre um caminho para novos resultados.

É válido ressaltar que os artigos encontrados nas revistas Serviço Social e Sociedade (9,28%) e na revista Katálysis (4,61%), do total de artigos publicados durante os anos de 2015 à 2019, são poucos. A porcentagem de artigos publicados não chega a 10% e 5% do total, sendo resultados pequenos, dada à relevância que as categorias apresentam para o Serviço Social. Contudo, ao analisar a diversidade de temas, áreas, assuntos, expressões da questão social existentes dentro do Serviço Social, compreende-se que o fato das duas revistas abrirem editais com a temática como algo extremamente relevante para profissão, visto que os artigos científicos servem, muitas vezes de pilares para a construção de análises sobre a realidade na qual se irá intervir.

Portanto, reforça-se a ideia de que as categorias de Gênero e Raça estão vinculadas de maneira transversal ao debate da questão social e suas expressões, e com o passar dos anos estão se aproximando do Serviço Social. Um dos motivos que leva a crer que essa aproximação está acontecendo de maneira lenta é pelo fato de que a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) traz em suas “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social” de 1996, as ”matérias básicas” que o curso de Serviço Social deve abarcar, trazendo as categorias Gênero e Raça dentro seguinte tópico:

Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais: A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e nas particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações socioambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários. (ABEPSS, 1996, p.17).

Nesse sentido, as diretrizes mencionam somente neste tópico as relações de gênero e relações étnico-raciais, visto que devem ser abordadas junto com a temática de acumulação capitalista e desigualdades sociais. Também se compreende que, ao não mencionar um tópico específico sobre as categorias Gênero e Raça, implica a não obrigatoriedade de as mesmas serem abordadas nos cursos de Serviço Social, fazendo com que muitos cursos de Serviço Social abordem as temáticas de modo superficial ou transversal à questão social. Porém, isso não interfere em que a temática surja nas disciplinas e nas pesquisas, visto que as mesmas impactam de maneira expressiva na sociedade e na realidade como a presente pesquisa demonstrou. Além disso, é válido ressaltar que a não presença do debate das categorias Gênero e Raça representa um impacto direto na formação profissional, pois o/a estudante e futuro/a profissional, ao adentrar em um campo de intervenção irá se deparar com a realidade

social marcada pelas desigualdades sociais de gênero e de raça e precisa estar preparado para compreender e realizar uma leitura de realidade atenta a essas questões para intervir de maneira propositiva e efetiva.

Portanto, é perceptível o impacto que as categorias apresentam sobre as manifestações da questão social e sobre a importância das mesmas no curso de Serviço Social. Desde o surgimento da profissão, a mesma foi marcada pelos estereótipos de gênero, atrelando a profissão ao universo feminino e ao cuidado e à caridade, e também às questões de raça, colocando os/as negros/as como público alvo de suas caridades e benesses. Com isso, é inegável o avanço da presença dos estudos de gênero e das relações étnico-raciais no Serviço Social e nas pesquisas acadêmicas, porém há muito caminho a ser trilhado na busca por uma leitura da realidade ancorada tanto nas questões de gênero quanto de raça, para que se possa de fato construir uma nova ordem societária baseada no fim das explorações de classe, raça e gênero.

Além disso, para concluir a análise dos artigos é importante ressaltar um aspecto central no Serviço Social e na questão social: as expressões de rebeldia e resistência. O ato de rebeldia e resistência é produto da luta que os sujeitos enfrentam em seus cotidianos para superar a questão social, e também fazem parte da contradição presente no sistema social. Os artigos que trabalham a categoria de Gênero, muitas vezes trazem as maneiras que as mulheres enfrentam com rebeldia e resistência o contexto social que lhe priva de continuar os estudos e o domínio de seus corpos, por exemplo. Os artigos que abordam a categoria Raça mostram como a população negra foi entrando em espaços até então fechados como na própria profissão de Serviço Social, trazendo suas colocações e seus questionamentos sobre a ordem social vigente, impulsionando e cobrando uma atitude antirracista da sociedade. Nesse sentido, para além das desigualdades sociais fruto do sistema capitalista, machista e racista que oprime e explora, existem as ações de rebeldia e de resistência que permitem que muitos sujeitos permaneçam nessa mesma sociedade e a elas devesse um olhar ampliado.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto durante o trabalho, chega-se ao momento de reunir as informações trazidas durante o percurso da pesquisa e fazer as considerações finais. O presente trabalho de conclusão de curso surge, como mencionado no início, a partir de uma inquietação e desconforto da acadêmica e pela compreensão da importância científica que a pesquisa realizada no presente estudo traria para a área. Nesse sentido, buscou-se, com a pesquisa

bibliográfica reunir as principais produções científicas da área de Serviço Social das duas principais revistas, Serviço Social e Sociedade e Katálisis, que abordassem a temática de Gênero e de Raça e analisar como essas categorias estavam sendo vinculadas ao Serviço Social e à Questão Social.

No que tange ao referencial teórico abordado nesta pesquisa e nos resultados analisados, existe uma pluralidade dentro das categorias Gênero e Raça. A categoria Gênero, pela sua abrangência na área das Ciências Sociais, apresenta uma vasta literatura e teorias para compreender as relações sociais baseadas no gênero, herança do movimento feminista que também apresenta diversas vertentes. Já a categoria Raça tem uma trajetória histórica, desde o seu conceito biológico até sua ressignificação pelo Movimento Negro, que irá abarcar outras categorias como as relações étnico-raciais e o racismo estrutural. É válido ressaltar que não se buscou analisar uma única vertente ou perspectiva, mas sim explorar, na medida do possível, as existentes no âmbito do Serviço Social e das Ciências Sociais.

No que se refere aos resultados, identificou-se que poucos artigos trabalhavam com as categorias Gênero e Raça, sendo apenas 9,28% de artigos na revista Serviço Social e Sociedade e 4,6% artigos na revista Katálisis. Quando trabalhada, as categorias estavam relacionadas às expressões da questão social - objeto de trabalho do/a assistente social-, de maneira transversal, ou seja, vinha como uma categoria que aprofundava aquela expressão. Como foi visto as próprias diretrizes curriculares da ABEPSS trazem as categorias como elementos a serem analisados dentro da “acumulação capitalista e das desigualdades sociais”, e isso é realizado nos artigos analisados. Com isso, precisa-se questionar a importância de uma nova revisão curricular por parte da ABEPSS, pois a última revisão ocorreu há 25 anos (em 1996), que está válida até os dias atuais, pelas mudanças ocorridas durante esse período de tempo, bem como pelas transformações que ocorreram na sociedade e na própria profissão, como os artigos mostram. Nesse sentido, precisam-se revisitar as atuais demandas que emergem dessa realidade e como elas estão se configurando na atualidade, ou seja, como as questões de gênero e de raça influenciam a questão social e como elas estão presentes no debate, seja ele dentro da academia ou fora.

Além disso, a pesquisa mostrou caminhos para a possível busca por uma análise da questão social que tenha como *nós* as explorações e opressões de Classe, de Raça e de Gênero. Ao analisar de maneira geral os artigos encontrados, percebe-se que as questões de Gênero e de Raça são categorias e elementos determinantes nas realidades sociais, e que, com o passar da análise, torna-se difícil não trazer as duas categorias imbricadas para o diálogo nos artigos, pois apesar dos artigos focarem em uma categoria, eles trazem elementos da outra,

devido à maneira de como as questões de Gênero e de Raça estruturam as relações sociais. Com isso, tornou-se ainda mais evidente que analisar e intervir na realidade e nas expressões da questão social só é possível a partir do olhar ampliado a essas categorias.

Nesse sentido, é importante frisar a importância da perspectiva teórico-metodológica que o materialismo histórico e dialético apresenta ao Serviço Social. Para analisar a sociedade de maneira dialética e crítica, precisa-se olhar a totalidade que cada parte (composta por totalidades) apresenta, olhar a historicidade, as contradições e as mediações. Ou seja, precisa-se olhar as manifestações da questão social e a própria questão social pela sua totalidade de Gênero, Raça e Classe, apreender o processo histórico pelo qual a realidade a ser analisada e ser transformada por meio da intervenção profissional se constituiu, perceber as contradições dentro dessas relações (contradições essas que, muitas vezes, vão mostrar que em determinado momento uma categoria pode se sobrepor a outra) e analisar as mediações necessárias, pois será nesse campo que, majoritariamente, o/a assistente social irá trabalhar, na articulação e no planejamento de estratégias de mediação da realidade a partir das políticas públicas e sociais. Com isso, reforça-se a importância do método dialético crítico para a análise da realidade de maneira crítica.

Nesse sentido, com base no Código de Ética do/a Assistente Social, que prega por princípios como liberdade, autonomia, sociedade justa e igualitária, sem exploração e opressão, retoma-se a necessidade de que as categorias Gênero e Raça entrem no debate cotidiano nas salas de aulas, nos campos de intervenção e nas produções acadêmicas. Compreende-se, portanto, que, para uma sociedade e uma profissão baseada nos princípios do Código de Ética, o/a assistente social precisa estar atento às categorias Gênero e Raça na realidade social, e que as mesmas ganhem espaço nos campos de formação e nas teorias que embasam essa compreensão da realidade social.

Portanto, o presente estudo, longe de esgotar o assunto, trouxe um levantamento de dados sobre as produções acadêmicas na área de Serviço Social sobre as categorias Gênero e Raça. Com o estudo, foi possível identificar que as categorias estão sendo abordadas de maneira transversal à questão social e são encontradas, majoritariamente, em editoriais específicos dos temas. Reforça-se também a importância do fomento à atitude investigativa, tão importante aos estudantes e profissionais, pela busca do conhecimento crítico e a elaboração de pesquisas científicas que abarquem a realidade social, a fim de contribuir na busca de respostas e estratégias para o enfrentamento das expressões da questão social. Com isso, finaliza-se reforçando a importância do compromisso ético-político do/a assistente social

frente à luta anticapitalista, antirracista e antissexista, e na busca pela emancipação e efetivação dos direitos sociais de todas/os.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Abepss, 1996.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Andrea, M. Pensar o Gênero: diálogos com o Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 268-286, maio/ago. 2018.

ALVES, Schirlei. Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de ‘estupro culposo’ e advogado humilhando jovem, 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ASSIS, Jussara, F. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 547-565, set./dez. 2018.

BARATA, Joaquina. Etnias amazônicas: confrontos culturais e intercorrências no campo jurídico. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 501-514, set./dez. 2018

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROSO, Milena, F. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

BELL HOOKS. **O feminismo é para todo mundo**. Políticas arrebatadora. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

BONFIM, G.; GODOY, L. Uma análise da produção bibliográfica acerca da relação teoria e prática no serviço social. **Libertas**. Minas Gerais, v.12, n.2. p. 1-28. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18304>>. Acesso em: 09 de jun. 2020.

BORREGO, Arellys, E. Género y relaciones capitalistas de producción: una reflexión desde la perspectiva marxista. **R. Katál.**, Florianópolis, v.21, n.3, p.471-483, set./dez.2018.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988.

Diário Oficial da União, Brasília, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 19 mai. 2020.

_____. Denúncias registradas pelo Ligue 180 aumentam nos quatro primeiros meses de 2020. **Gov.br**, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020>>. Acesso em 12 Dez. 2020.

BUOZI, Jaqueline, G. A manipulação das consciências em tempos de barbárie e a criminalização da juventude negra no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 530-546, set./dez. 2018.

CFESS. CFESS Manifesta: Dia da Consciência Negra. Brasília: CFESS, 2019.

_____. CFESS Manifesta: Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans. São Paulo: CFESS, 2015.

_____. Assistentes Sociais no Brasil. Elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

CFESS/CRESS. Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. Disponível em: <<http://servicosocialcontraracismo.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana, M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla; OLIVEIRA, Giulia, M. J. C.; CASTRO, Viviane, V. Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 452-470, set./dez. 2018.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos. 3. ed. 2015.

DURIGUETTO, Maria, L.; ALAGOANO, Verônica, M. O movimento feminista na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 231-251, maio/ago. 2018

ESCOBAR, Nuncia; GOMES, Mariana. Vidas negras importam! Mas por que precisamos afirmar o óbvio? (por Núncia Guimarães Escobar e Mariana Selister Gomes). **Sul21**, Porto Alegre, 04 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/06/vidas-negras-importam-mas-por-que-precisamos-afirmar-o-obvio-por-nuncia-guimaraes-escobar-e-mariana-selister-gomes/>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

EURICO, Marcia, C. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.

_____. **QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social**. 2011.142 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 114, p. 290-310, Jun. 2013.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 12 ed. 2006.

FERREIRA, Norma, S. A. AS PESQUISAS DENOMINADAS “ESTADO DA ARTE”. **Educ. & Soc.** São Paulo, v.23, n. 79. P. 257-272, 2002.

FRAGA, Cristina. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.101, pp.40-64, mar. 2010.

FREITAS, Tais; ENGLER, Helen, B. Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 121, p. 32-47, jan./mar. 2015.

GOMES, Mariana, S.; CASARIN, Eduarda, Q.; DUARTE, Giovana. O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas e decoloniais: um Estudo Bibliométrico. **Revista CS**, n.29, p.47-72. Disponível em: <https://www.icesi.edu.co/revistas/index.php/revista_cs/article/view/3186>. Acesso em: 02 mai. 2020.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n.54, p.147-155, jul. 1999.

IAMAMOTO, Marilda. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Folheto. Rio de Janeiro, v.41. p.12, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. Estatísticas de Gênero. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Folheto. Rio de Janeiro, n.38, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf > . Acesso em: 12 dez. 2020.

_____. Cor ou raça. 2015. Disponível em: <<https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article.html?catid=0&id=18319&Itemid=6160#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,0%2C38%25%20como%20ind%C3%ADg enas> > . Acesso em: 28 abr. 2020.

IBGE.EDUCA. Quantidade de homens e mulheres. S/D. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

KOGA, Dirce; SANT'ANA, Raquel, S.; MARTINELLI, Maria, L. Questão étnico-racial: desigualdades, lutas e resistência. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 399-405, set./dez. 2018.

LEMOS, Esther, L. S. 40 anos da virada e a contribuição da Serviço Social & Sociedade na disseminação da produção intelectual. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 136, p. 518-537, set./dez. 2019.

- LIMA, Telma, C. S.; MIOTO, Regina, C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.
- LISBOA, Teresa, K. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 13, n. 1, p.66-75, jan. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000100008>>. Acesso em: 05 mai. 2020.
- LOLE, Ana. Gênero e Serviço Social: uma análise a partir do paradigma indiciário. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 127, p. 555-573, set./dez. 2016
- MADEIRA, Zelma.; GOMES, Daiane, D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018.
- MARINHO, Silvana. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 602-610, set./dez. 2018.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 2003.
- MINAYO, Maria, C. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS /ABEPSS, 2009.
- _____. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 84, p.5-20, nov. 2005.
- ORTEGAL, L. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018.
- PARIZOTTO, Natália, R. Violência doméstica de gênero e mediação de conflitos: a reatualização do conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 287-305, maio/ago. 2018.
- PASSOS, Rachel, G.; NOGUEIRA, Cláudia, M. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 484-503, set./dez. 2018.
- PEREIRA, Ellen, C.; SAMPAIO, Simone, S. A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 432-445, set./dez. 2018.
- SANTOS, D. J. dos. Luta antirracista, unidade e transformação: um ensaio teórico. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 594-601, set./dez. 2018.

SARAVIA, F.; SAAVEDRA, J. Desigualdade generacionales, de género y etnia entre trabajadores sociales chilenos. **R. Katál.** Florianópolis, v.21, n.3, p.554-563, set./dez., 2018

SCHEFFER, Graziela. Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro da nossa história profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 127, p. 476-495, set./dez. 2016.

SCHUCMAN, Lia, V. Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 10, n.19, p.41-55, jan./jun. 2010.

SCHWARCZ, Lilia, M.; STARLING, Heloisa, M. **BRASIL: uma bibliografia.** São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

SCOTT, Joan, W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. 1995, p.71-99.

SILVA, Elaine.; SILVA, Juceli. Contribuições gramscianas sobre raça, identidade cultural e velhice na perspectiva de Stuart Hall. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 57-64, jan./abr. 2017.

SILVA, J. F. Q. **Serviço Social: Resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez Editora. 2013.

TAVARES, Ana, C.; NERY, Inez, S. As repercussões da violência de gênero nas trajetórias educacionais de mulheres. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 241-250, jul./set. 2016.

TEIXEIRA, Joaquina.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS (Org). **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf> Acesso em: 27 jun. 2020.

YAZBEK, Maria, C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS /ABEPSS, 2009. Disponível em: <<http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2020.